

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSO – MESTRADO
SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO SOCIAL.

Andréa de Melo Amaral

Orientadora: Lilia Ferreira Lobo

*Transformando “duras penas” em asas para o mundo -
a medida protetiva de abrigo e a bela trama das
velhas rendeiras.*

Niterói
2009

**TRANSFORMANDO “DURAS PENAS” EM ASAS PARA O
MUNDO - A MEDIDA PROTETIVA DE ABRIGAMENTO
E A BELA TRAMA DAS VELHAS RENDEIRAS.**

Andréa de Melo Amaral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Lilia Ferreira Lobo

Niterói, 2009.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A485 Amaral, Andréa de Melo.

Transformando "duras penas" em asas para o mundo - a medida protetiva de abrigo e a bela trama das velhas rendeiras / Andréa de Melo Amaral. – 2009.

62 f.

Orientador: Lilia Ferreira Lobo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2009.

Bibliografia: f. 58-62.

1. Abrigo. 2. Abrigos para jovens. 3. Cidadania. 4. Flexibilidade. 5. Cartografia. I. Lobo, Lilia Ferreira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 155.5

Banca Examinadora:

Dra. Lilia Ferreira Lobo (UFF - Orientadora) _____

Dra. Maria Livia do Nascimento (UFF) _____

Dra. Heliana Barros Conde Rodrigues (UERJ) _____

A Estrada ¹

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu não cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei

A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé do dia-a-dia encontro a solução
Encontro a solução
Quando bate a saudade eu vou pro mar
Fecho meus olhos e sinto você chegar
Você chegar

Quero acordar de manhã do teu lado
E aturar qualquer babado
Vou ficar apaixonado
No teu seio aconchegado
Ver você dormindo é tão lindo
É tudo que eu quero pra mim
É tudo que eu quero pra mim

Meu caminho só meu pai pode mudar
Meu caminho só meu pai
Meu caminho só meu pai

¹ Grupo Cidade negra; composição: Toni Garrido / Lazão / Da Gama / Bino.
Esta letra é uma homenagem a todas as adolescentes que conheci naquele lugar e, em especial, às jovens que participaram dessa pesquisa, agradecendo, com carinho, a Ra. que em nossa entrevista a trouxe como sendo uma música que a faz lembrar do tempo de seu abrigo.

RESUMO

Entre tantos modos de exclusão e cristalização de formas de estar no mundo, este trabalho traz o relato de jovens que passaram pelo processo de abrigamento e a forma como cada uma construiu, e continua construindo, suas histórias de modo autônomo e positivo. Utilizando conceitos como linha de vida, cidadania e situação de risco e conduzidos pelos modos-de-fazer da história de vida e da cartografia, acompanhamos esse percurso. Produzimos a partir dessas histórias, um olhar para além das identidades forjadas àqueles que foram um dia abrigados e foi possível perceber que diferentes caminhos são construídos dentro do abrigo, ainda que se viva sob as mesmas forças instituídas. Ainda que a opção do abrigamento seja a saída possível para algumas jovens em determinado momento de suas vidas, garantirmos a produção de linhas de flexibilidade é garantirmos a produção de uma vida criativa e potente.

Palavras-chave: abrigo – cidadania – linha de flexibilidade – história de vida – cartografia.

ABSTRACT

Among so many ways of exclusion and crystallization of mode in being in the world, this work is a report of young that have lived in a shelter process and the way that each one has constructed, and has kept on building their live in a autonomous and positive way. Making use of concepts as line of life, citizenship and risk situation and leading the maner-of-making of history of life and the cartography, we have followed this course. We produce from these histories, a look forward the forged identities to that whose one day where sheltered and was possible to notice that different ways are constructed inside of those shelters, even they live on the same established forces. Even being under those conditions the possible way out for some of them in a determinated moment of their lives, to guarantee the production of flexibility lines is to guarantee the production of a creative and powerful life.

Key-words: shelter – citizenship - flexibility lines - history of life – cartography.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Lá, onde também estive.....	11
1.2 O que fazer dessas lembranças?.....	14
2 CAPÍTULO I	
Que pesquisa fazemos?	
A escolha metodológica e as implicações do pesquisar.....	16
2.1 O método.....	17
2.2 Cartoriar.....	19
2.3 Modo de fazer.....	24
2.4 Organizar o mundo? A fala e a escrita.....	25
2.5 Cartoriando 1.....	27
3 CAPÍTULO I I	
Institucionalizar para garantir cidadania?	
Nem casa, nem rua: o abrigo.....	31
3.1 Dar abrigo.....	33
3.2 Dar direitos.....	34
3.3 Cartoriando 2.....	38
4 CAPÍTULO I I I	
A produção social do “adolescente em situação de risco”	
Nem criança, nem adulto: o adolescente.....	41
4.1 A “situação de risco” ou vulnerabilidade social.....	42
4.2 Cartoriando 3.....	45
5 CONCLUSÃO	
Arrematando.....	48
5.1 O arquivo vivo.....	49
5.2 O medo.....	51
5.3 As privilegiadas.....	52
5.4 O retorno.....	52
5.5 A trama, a linha e o ponto.....	53
5.6 Cartoriando 4.....	56
6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	58

INTRODUÇÃO

Pensar os processos de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é uma prática realizada por muitos profissionais e pesquisadores, em especial após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 1990.² Aspectos políticos, sociais, psíquicos, desenvolvimentistas são abordados e é unânime a presença de características que apontam para as conseqüências alienantes, depreciativas e traumáticas do abrigamento para crianças e adolescentes que são afastados de seu núcleo familiar e/ou social. Rizzini em “A institucionalização de crianças no Brasil” (2004) aponta:

Crescer em instituições não é bom para crianças. Um incontável número de estudos bem divulgados no século XX revelou as conseqüências desastrosas desta prática para o desenvolvimento humano. (p. 77).

Ainda que o ECA preconize o caráter provisório e excepcional do abrigamento, sabemos que efetivamente não é isso que se dá. Os “abrigados” permanecem por médio ou longo prazo no abrigo, o que em geral, fragiliza os vínculos familiares, quando os têm anteriormente ao abrigamento, ou o vínculo com seu ciclo de proteção grupal.³ De acordo com o último levantamento feito e publicado no ano de 2004 pela parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o tempo de institucionalização gira em torno de 2 a 5 anos (Silva, 2004). Este dado é apontado por muitos autores como responsável por desestabilizações, desestruturações, delinqüências. Nas histórias de vidas, contudo, vemos desfechos que não se encontram incluídos nestas dramáticas trajetórias.

Deleuze (1998) traz o conceito “linhas de vida” como três linhas que se cruzam e nos constituem, sendo elas: as linhas duras, as linhas flexíveis e as linhas de fuga. As linhas duras são os traçados do instituído, do cristalizado. As linhas flexíveis são aquelas pelas quais produzimos pequenos escapes, flexibilizamos o que se mostra inflexível. As linhas de fuga

² A Lei 8.069/90 – o ECA vem trazer mudanças significativas nas práticas sociais e políticas junto a criança e adolescentes no Brasil, em especial quanto à consideração destas como “pessoa em desenvolvimento” e quanto a necessidade de protegê-las de modo integral.

³ Chamo de ciclo de proteção grupal o grupo do qual fazem parte uma parcela dessas crianças e adolescentes que não se encontram junto à família, e sim nas ruas ou vivendo com outros pares.

são as linhas da criação, da emergência do novo enquanto inventividade, de rupturas. Sem negar a força de anulação de potências de vida deste mecanismo de controle, é o abrigo, proponho pensar quais os caminhos percorridos por adolescentes institucionalizados, que podemos apontar como linhas de flexibilidade, de desvio, neste intrincado processo de produção de subjetividades duras e cristalizadas. O que possibilita a estes sujeitos “armazenar” energias de criação de vida? O que torna possível a cada um desses adolescentes contrariar um destino, a princípio, já traçado, e desviar-se dos trilhos dessa máquina de desestabilizações? ⁴

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem responder a um momento histórico onde se tornam injustificadas as agressões e violências aos “menores em situação irregular”⁵ e, ao mesmo tempo, não mais é aceito pelas classes dominantes a circulação livre e descompromissada desses “sujeitos de direitos” ⁶ pelas ruas da cidade. Sem punir e sem prender, como contê-los? Surgem, então, as “medidas protetivas”.

Vemos com Rizzini, que as raízes das práticas de abrigo são construídas a partir dos aspectos político-sociais de sua época:

[...] a política de segurança nacional empreendida no período de ditadura militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais. (2004, p.45.)

Ainda, M. Foucault em “A casa dos loucos” (1990) descreve cinco justificativas dadas por Esquirol, no começo do séc. XIX, para o isolamento dos loucos, sendo elas:

- 1) garantir a segurança pessoal e de sua família;
- 2) liberá-los das influências externas;
- 3) vencer resistências pessoais; ‘
- 4) submetê-los a um regime médico e por fim,
- 5) impor novos hábitos intelectuais e morais. (p. 126)

⁴ Ver Altoé (1993).

⁵ Termo utilizado pela legislação menorista, anterior ao advento do ECA .

⁶ Termo substituído , a partir do ECA, nos anos 1990.

Ainda que mergulhados hoje em outro momento e contexto e que os sujeitos fossem enquadrados em categorias distintas, que distância daríamos entre estas justificativas e as atuais para o abrigo?

Lá, onde também estive.

Pelo período de cinco anos atuei como psicóloga da equipe técnica de um abrigo para adolescentes do sexo feminino, administrada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de São Gonçalo. O estabelecimento tem capacidade para vinte adolescentes sob medida de proteção judicial, sendo encaminhadas pela Vara de Infância, Juventude e Idoso da Comarca, como também pelo Conselho Tutelar do município, conforme determina a legislação pertinente. Após o abrigo, as adolescentes passavam a ter a direção do abrigo como seu guardião legal.⁷

Sabemos que em um abrigo desta natureza uma parte não significativa dos adolescentes que chega busca abrigo por desejo próprio. A maioria é levada contra sua vontade e muitos criam mecanismos para possibilitar sua “evasão”⁸. É clara e explícita, entre os técnicos – assistentes sociais, psicólogos e pedagogos - e os educadores sociais, a manipulação da equipe para manter a adolescente que chega apesar do discurso sempre presente que ele pode decidir ficar ou não e que é livre para decidir trilhar seu caminho. Era constante ouvirmos: “Eu não quis vir, ela me obrigou!”, “Eu não vou ficar aqui, vou fugir!”, “Vocês não podem me obrigar a ficar aqui”, “Eu não sei viver presa!”, ou ainda manter-se um silêncio absoluto, negando-se a dar informações que pudessem ajudar os técnicos, entre outras coisas, a levar a adolescente de volta para sua família.

Grande parte negava seu nome e sua filiação, negava a identidade que lhe foi entregue pronta, seu traço de família. Tomar para si este “modelo de identidade”⁹ recai sobre estes jovens pobres e de “famílias desestruturadas”¹⁰ como mais uma ferramenta de controle social.

⁷ ECA, Art. 92, Parágrafo único.

⁸ Termo utilizado pelas equipes de abrigos para registrar a saída dos adolescentes sem autorização, em substituição à palavra “fuga”, uma vez que fugir pressupõe o fato de estar privado de sua liberdade. Ver ECA, Arts. 15; 16; 101, Parágrafo único e 230.

⁹ “A identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência”. Guatarri e Rolnik, 1986, p. 68/69.

¹⁰ Este termo foi amplamente usado nos primeiros estudos sobre família e ainda é por alguns que desconsideram o processo sócio-histórico da construção do conceito. Quando falamos em famílias estruturadas ou não, tomamos por base um tipo ideal, com lugares pré-determinados, em geral de caráter nuclear, heterossexual, patriarcal e monogâmica. A “família desestruturada” é aquela considerada, por especialismos variados, como incapaz e desqualificada para exercer suas funções.

Muitas se negavam a assinar seu nome de família e ainda desejavam ser adotadas e ter seu nome trocado por um “novo”. Além disso, o silêncio marcava um nada mais a dizer, como se a entrada da adolescente naquele sistema por si só já dissesse quem ela é.

Vindos de contextos diversos: situação de rua, vivendo com amigos ou parentes sem sua guarda legal, abandonados pela família, envolvidos com tráfico de drogas, enfim, situações avaliadas como “risco¹¹” pelo órgão que encaminha, o adolescente abrigado está de alguma forma em um lugar estratégico na estrutura capitalista em que estamos mergulhados, uma vez que este lugar, ao mesmo tempo que aponta para a idéia de exclusão, é um lugar essencial para o funcionamento do sistema, fazendo com que se modele como um exemplo do fracasso particular de cada um. Em nossa sociedade, a adolescência deve ser o momento de preparação para que o jovem se torne um adulto saudável-produtor-consumidor.¹²

Se o adolescente busca uma fuga deste modelo ou ainda está inserido num espaço instituído de onde busca fugir, o que está sendo produzido no momento em que é jogado numa máquina para en/informar (em ambos os sentidos: fazer conhecer e moldar) sobre o que se considera seu desvio? Aprisionados não apenas por muros, mas por saberes, que saídas possíveis estes adolescentes encontram para fazer valer sua singularidade, para livrar-se das marcas que a institucionalização pode deixar?

Nessa procura enraizada pela busca voraz ou refletida de preenchimento e por constatações de impossibilidades propiciadoras de renúncias, **o ato de viver tem sua marca na angústia e necessitará de cuidados e de tutela; metamorfoses, nunca.** Talvez a única permitida seja a presente na novela de Kafka, na qual a personagem Gregor Samsa viveu dolorosamente esse acontecimento. Viveu a transformação de seu corpo em inseto. **Apertado em um abafado quarto, as asas não conseguiam movimentar-se. [...] A metamorfose narrada passa-se dentro de um quarto apertado, onde as asas só servem para a dor.** (Baptista, 1999, p. 35, grifo meu).

Esse belíssimo trecho escrito por Baptista me remete diretamente ao cenário do abrigo onde atuei: apontado e descrito como um “espaço democrático”, um abrigo modelo, onde a cada adolescente é dado o direito à opinião e à palavra, onde é mostrada a necessidade de expor o que pensa, pedir o que necessita e deseja, reivindicar o que tem direito, conhecer o contexto onde as coisas se dão, exigir respeito e compreensão, criar asas. No entanto, estas asas crescem em um quarto estreito, dividido e compartilhado, onde sua história, justamente

¹¹ Termo que será discutido posteriormente.

¹² No país, cerca de 6408 adolescentes encontram-se abrigados e destes, os meninos somam o dobro do número de meninas (Silva, 2004).

aquela que a particulariza é transformada em “caso”, divulgada, discutida por tantos e cuidadosamente registrada.

Para cada adolescente, à entrada na instituição, é aberta uma “pasta”, como um prontuário, com todos os seus dados e que registra seu dia a dia, cada passo e movimento. Cada técnico e educador é orientado a fazer seu registro antes de sua saída, identificando tudo o que ocorreu no cotidiano da adolescente, como passou o dia, suas reações, seus movimentos, seus sentimentos. Todas desejavam conhecer sua pasta, saber o que era falado e registrado sobre elas, no entanto, esse acesso lhes era negado. Sendo considerado como um “documento da casa”, apenas os funcionários poderiam manuseá-las e um grande mistério era construído em torno desse registro.

Fazemos aqui uma referência ao conceito de exame trazido por Foucault. Para o autor o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder, colocando o indivíduo em um campo de vigilância representado em uma rede de anotações escritas: ““Um poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa.”” (1997, p. 168)

Danzelot (1986) enfatiza duas conseqüências da inscrição da família do Antigo Regime na França, no campo político: o chefe de família deve garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte. O não pertencimento a uma família, a ausência de um responsável sócio-político coloca, então, um problema de ordem pública: ninguém para reter o indivíduo em seus limites. Com isso, o internamento vem ocupar esta função de “por fim ao escândalo constituído pelo espetáculo e o comportamento desses **elementos sem controle**”. (Donzelot, 1986, p. 50, grifo meu).

Podemos dizer que até os dias de hoje, no Brasil, o objetivo real do abrigamento destes adolescentes não inseridos numa estrutura familiar considerada eficiente e potente para educar seus filhos, mantém esta função. De acordo com o levantamento do IPEA (Silvia, 2007), ainda hoje o maior número de causas de abrigamento é a situação de pobreza dessas famílias e sua potencial incapacidade.

A noite em um estabelecimento de abrigo é preenchida por alguns ruídos e o principal deles é o choro: a dor é algo visivelmente presente na vida dessas adolescentes, medo de viver, de fazer crescer as asas que não podem se movimentar. Diante disto, que lugar vem ocupar o abrigo na atualidade, em nosso mundo e na vida das pessoas abrigadas?

O que fazer dessas lembranças?

A partir desses dados, esta pesquisa pensa o estabelecimento abrigo e seu mecanismo de intervenção como produtor de “subjetividades alienadas¹³” e vetor de exclusão¹⁴ e, a partir daí, buscar as possibilidades de desvio produzidas pelas adolescentes que ali permaneceram por alguns anos de sua juventude, partindo de suas memórias e relatos, onde teceremos uma trama cartográfica.

Para sua realização ouvi memórias e histórias de algumas jovens que viveram no referido abrigo em torno do ano de 1999, por alguns anos de sua adolescência, enquanto lá também estive, e conhecer os vínculos e afetos que puderam estabelecer na construção de um modo de vida positivo e autônomo. Para isso, buscamos suas afetações e afirmações, tendo como ferramenta de intervenção a referência teórico-metodológica da história de vida.

Considerando que sua construção se deu a cada passo realizado junto às jovens entrevistadas, o trabalho se esboçou a partir das seguintes etapas:

O primeiro capítulo apresenta o método de pesquisa e a forma como será construído nosso percurso.

O segundo capítulo discute como funciona o abrigo após sua implantação e todas as mudanças legais, movimentos sociais e lutas pelas garantias de direitos, implementado como uma das ferramentas de operação do “sistema de proteção integral” de crianças e adolescentes enquanto sujeito de direitos.

No terceiro capítulo percorremos a trajetória de dois conceitos que ao se unirem, na perspectiva atual, vem criar um conceito-dinamite, explosivo: “adolescente” e “situação de risco”. Como o conceito “adolescente em situação de risco” veio se delineando ao longo da história?

Ao longo de todo o trabalho, dialogamos com jovens que viveram a experiência de abrigamento durante a adolescência e caminhamos juntas na construção das trajetórias vivas que cada uma vem percorrendo. Cada história vem como ilustração do tema de cada um dos capítulos. Ilustrar aqui, não significa apenas exemplificar, mas sim, “tornar notável”, “digno de atenção”(Ferreira, 1986); dar luz a essas ricas histórias que são mantidas, na maioria das vezes, em um canto escurecido.

¹³ Termo de uso delicado, mas que compartilho com os autores Rolnick e Guatarri (1986) enquanto uma subjetividade produzida a partir de modelos e que constrói um falso processo de personalização.

¹⁴ Termo que será tratado mais adiante

Deleuze em seu “Abecedário” (1988/89) define **afetar** como o efeito da ação de um corpo sobre o outro, em seu encontro. E é destes encontros **na** instituição-abrigo, **com a** institucionalização, e do nosso reencontro que pretendo falar. Na medida em que os afetos só ganham espessura de real quando se efetuam, é na experiência cartográfica - na experimentação de me render¹⁵, ou de me render - que será dada “língua aos afetos” que delineiam os caminhos dessas jovens a partir de seus relatos.

Rendar aqui vem falar de belas rendas, cujo dicionário traz como significado: “Tecido delicado, de malhas abertas, cujos fios se entrelaçam formando desenhos.”¹⁶ Retomo o encantamento diante das mãos de minha mãe tecendo sua renda de bilro, ao mesmo tempo delicada e firme, com movimentos rápidos e resultado lento, mas que surge pronta como que de repente. Linda trama, que as rendeiras nunca sabem dizer como aprenderam a tecer. Não tem técnica prescrita, não tem método; é sempre vendo o outro fazer!

Ao final, concluir nada mais é do que arrematar um fio entre tantas outras pontas que pendem nesta trama de possibilidades de vidas e de desvios.

CAPÍTULO I

A escolha metodológica e as implicações do pesquisar.

¹⁵ Segundo o Dicionário Aurélio: “substituir; produzir; manifestar a alguém admiração; ser útil, produtivo; demorar a acabar; entregar-se; capitular”, sentimentos que compartilho nesta tarefa.

¹⁶ Idem.

É imperativo que nós, pesquisadores da diferença e das estratégias de subjetivação no campo social, consideremos sempre que nossa fonte de pesquisa não está morta. Ao contrário, é uma fonte que fala, que sente, que reclama seus direitos.¹⁷

O ideal positivista de neutralidade enquanto garantia da verdade traz a mítica de um "conhecimento puro das coisas"(Nietzsche, (1983). Ser neutro, estar "de fora" das relações de força que estruturam o grupo com o qual produzo meu discurso é não só negar (se isto fosse assim possível) o lugar que ocupo neste processo, como também garantir a dicotomia sujeito-objeto/pesquisador-pesquisado, recaindo na descoberta de um objeto de conhecimento ou coisa dada a conhecer.

Quando reconheço, assumo e analiso os riscos do lugar que ocupo neste processo de intervenção e criação, me implico, no sentido refinado apresentado por René Lourau. O autor traz à discussão o uso comum do termo implicação de forma utilitarista e fora de qualquer contexto teórico, como uma equivalência imprecisa à palavra *comprometimento*, para a qual é atribuído um juízo de valor à dedicação com que executo uma tarefa. Por outro lado, contextualiza a noção de implicação dentro do quadro teórico da Análise Institucional e aponta que o útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação, mas a análise dessa implicação (Lourou, 2004).

Com sua origem nos campos do direito e da matemática, o termo implicação passou a ser objeto de uma reflexão teórico-política mais cuidadosa a partir dos socioanalistas da década de 1980. Inicialmente, buscava-se integrar os conceitos clínicos de transferência e contratransferência a situações coletivas de formação, intervenção e militância. Ao longo de seu percurso conceitual, extrapola os contextos clínicos e o termo vem a ser explorado no próprio ato de pesquisa. Buscando eliminar as dependências psicologistas do conceito de implicação, Lourou aponta que falar de implicação enquanto comprometimento, identificação, afeto é falar de uma espécie de virtude teologal investida de conotações moralizantes. Resumindo o novo modo de pensarmos o conceito nesse campo, o autor nos fala da análise da implicação como a análise coletiva das condições de pesquisa. (Rodrigues, 2006).

¹⁷ Fonseca e Kirst , 2003, p. 100.

Penso, hoje, por que ainda me mobiliza esta vivência e por que agora, alguns anos depois, me proponho a escrever sobre isso. Imediatamente me remeto ao lugar que ocupo atualmente, em uma Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso e que lá sou indagada em minhas “avaliações psicológicas” sobre as “necessidades” e as “conseqüências” de certas crianças e adolescentes permanecerem nas famílias ou serem abrigadas. De fato, por vezes, isto é um grande impasse e sei que tudo o que eu disser, deste lugar, terá um peso na vida dessas pessoas.

Como psicóloga do abrigo eu as recebia e buscava acolhe-las, de modo a amenizar aquela dura passagem; como psicóloga do judiciário eu opino quanto à viabilidade ou não de seu abrigamento e, agora, quero ouvi-las; ouvir quem viveu esta experiência e talvez amenizar esta minha dura passagem ou, quem sabe, construir uma outra forma de trilhar esse caminho através do encontro de nossas memórias.

O método

O conhecimento científico sempre buscou neutralizar a ferramenta indispensável a que o homem, inevitavelmente, recorre na busca do conhecimento: a mediação dos sentidos. O que vejo, ouço, toco e sinto deve estar esvaziado de mim mesmo para que seja fiel à apreensão do que classicamente consideramos “objeto do conhecimento” e para que possa falar dele com propriedade de cientista. A objetividade do conhecer era a preocupação principal e tornava este objeto observado algo estático e cristalizado no tempo, como também fazia do meu olhar uma lente fotográfica e estática, ainda que, como em um retrato, esse objeto não fosse a cópia do real.

Novas formas, contudo, de conhecer e fazer ciência foram surgindo, introduzindo esse, até então, objeto, em seu tempo, seu lugar, em seu campo ético e político, ou seja, transformando a revelação dessa bela foto na construção de imagens em movimento: filme, processo, enquadramento de possibilidades infinitas de olhares.

Justificar a escolha da técnica utilizada em pesquisa entre tantas possibilidades é apontar para um “como fazer” atento à implicação política de todo ato de conhecer.

Segundo Haguette (1992), socióloga, o pesquisador deve utilizar o método mais adequado ao objeto de estudo e ao problema que se deseja investigar, diferenciando os métodos qualitativos e quantitativos da seguinte forma:

- métodos quantitativos são utilizados em populações de observação comparáveis entre si;
- métodos qualitativos enfatizam as especificidades de fenômenos, suas origens e razão de ser.

Ainda que essa classificação se mostre extremamente esquemática, tendo “objeto” e “problema” como um *a priori*, não apreenda as diversas formas como a pesquisa qualitativa pode se apresentar - havendo um universo mais amplo e flexível do que o trazido pela autora – e que o conhecimento não seja uma questão de adequação ao objeto, entre os termos-chaves de cada método em destaque acima, a palavra *fenômeno* é o que suscitou minha curiosidade.

Na procura de seu significado, destaco alguns encontrados: “modificação operada nos corpos”; “tudo quanto é percebido pelos sentidos”; “fato de natureza moral ou social”; “o que é raro e surpreendente”; “pessoa ou objeto com algo anormal ou extraordinário”(Ferreira, 1986). A partir dessa constatação, minha escolha sobre o método de investigação vem balizada por palavras que falam de meu “objeto”: corpos, sentidos, social, surpreendente, extraordinário. É o fenômeno! No meio de tamanha rigidez de método, pude, ao menos, considerar como qualitativa minha proposta de pesquisa: ¹⁸

A pesquisa qualitativa não tem, assim, a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspecto distributivo do fenômeno e se alguma possibilidade de generalização advier da análise realizada, ela somente, poderá ser vista e entendida dentro das linhas de demarcação do vasto território das possibilidades. (Paulilo, 1999, p.140)

Não sendo representativa, a pesquisa qualitativa situa o pesquisador em um outro lugar, que não o submete ao posto de sentinela imóvel e em local de destaque, aguardando sempre ser surpreendido pelo já suposto. A pesquisa qualitativa abre espaço para o pesquisador imerso no contexto da pesquisa e para a produção coletiva do conhecimento. Contudo, essa é uma característica que, por si só, não destitui a linha divisória que posiciona em pólos distintos os atores da pesquisa: um objeto a ser observado e um pesquisador-observador.

¹⁸ Ainda que outros autores falem de “observação de fenômenos” utilizando métodos quantitativos, é de outra ordem de apreensão de que se trata, sendo, nesses casos, predominante a presença de indicadores mensuráveis.

Mantendo a preocupação metodológica de “adequar-se ao objeto e ao problema”, algumas pesquisas qualitativas mantêm seu “caráter utilitário” e a dicotomia sujeito-objeto, como a chamada pesquisa-ação, criada por K. Lewin. Barros (1994) discute o desenvolvimento da **pesquisa-ação** de Lewin e a mudança de base trazida pela chamada **pesquisa-intervenção**, formulada pela Análise Institucional Socioanalítica, desenvolvida na França nas décadas de 1960/1970.

A pesquisa-ação, apesar de importante instrumento de articulação entre teoria e prática/ação e de incluir o pesquisador em seu campo de atuação, buscava modificar comportamentos, acreditando atuar sobre o objeto estudado. Vendo-se como um agente de mudança, o pesquisador está ainda “do outro lado”, olhar de sentinela.

A pesquisa-intervenção abre a crítica às práticas adaptacionistas, atingindo o ponto de eixo da pesquisa-ação. A palavra intervenção aponta para a produção de uma nova relação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, onde ambos emergem em um mesmo processo. Não há lado a ocupar, ponto de observação a ser instalado, “objeto dado a conhecer”, comportamento a ser modificado, mas corpos interagindo e encontros sendo produzidos. É o encontro! É na pesquisa-intervenção que apoio meu desejo de criar algo novo a partir de minha escuta.

Cartoriar

Vários modos-de-fazer ou ferramentas podem ser utilizadas no método qualitativo de pesquisa para coleta e análise de dados, sendo as de maior destaque na literatura: a entrevista, a observação participante, a história oral e a história de vida (Haguette, 1992). Ainda que tragam suas especificidades, essas técnicas muitas vezes se entrelaçam e se complementam sendo que o uso de uma é indispensável à utilização da outra, como a entrevista, a história oral e a história de vida. Sabemos que todo esse instrumental de pesquisa é, na maioria das vezes, apresentado de modo muito rígido e compartimentalizado, transformando a especificidade do “como fazer” em algo universalizante, mas alguns manejos são possíveis – e preferíveis!

Para Haguette (1992), a entrevista é definida como um processo de interação entre duas pessoas onde o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informação do entrevistado.

Esse processo se constitui a partir de quatro componentes: 1) o entrevistador; 2) o entrevistado; 3) a situação da entrevista e 4) o instrumento de captação dos dados.

É a partir da problematização desses componentes e da relação entre eles que podemos fazer uso dessa ferramenta com a dureza de um martelo ou o cuidado de um formão. A interação é entre duas pessoas, mas a fala é de um número infinito delas. Minha proposta de entrevistas não vai na direção bilateral de alimentar dualismos com as velhas e endurecidas questões-respostas, como apresentado pela autora, mas sim fazer a passagem dos discursos por entre as tramas tecidas por nossas lembranças.

Faço, então, aqui, uma pequena passagem pela história oral para chegarmos à metodologia.

A história oral é usada de forma muito ampla como técnica de coleta de dados desde a década de 1940, nos Estados Unidos. Baseia-se no depoimento oral. Tem por finalidade, de acordo com a autora citada, preencher lacunas nos documentos escritos, onde as questões são orientadas em função do percurso histórico do entrevistado. J. Vancina (1985, apud Haguette, 1992), destaca que as fontes orais ajudam a corrigir outras perspectivas, da mesma forma que as outras perspectivas as corrigem. Rodrigues (2007), por sua vez, constrói um percurso atento e contextualizado do papel político e histórico da história oral, apontando para o fato de estar presente também em sua origem um controle dos discursos e do fato de manter-se ainda viva uma “história oral elitista”. Esse termo designa a separação de uma “elite historiadora” da vulgata, independente do fato da história oral ser construída ou não por uma perspectiva da elite; em nosso país, desde os porões do Brasil ditatorial, um jogo de forças privilegia a delimitação dos historiadores-entrevistadores.¹⁹

A história de vida, uma vertente da história oral, de acordo com Howard Becker (1966) não representa dados convencionais da ciência social, não é uma autobiografia convencional, nem é uma ficção. A ficção não respeita os fatos ou a fidelidade ao mundo existente; a autobiografia é um material seletivo, onde o autor busca apresentar uma imagem de si mesmo. Na história de vida, entretanto, o pesquisador busca “interpretações do autor sobre o mundo.”(Haguette, 1992, p. 80).

Não compartilhamos a preocupação de Becker com fidelidades ao mundo ou com a auto-imagem de quem escutamos, não buscamos, como Haguette, preencher lacunas ou ainda, corrigir perspectivas, mas o modo como o sujeito vê o mundo e interpreta suas experiências,

¹⁹ Para uma melhor compreensão do tema, assim como de seu uso no Brasil, ver Rodrigues et alii, 2007.

essa, sim, é nossa valorosa moeda, considerando interpretação no sentido trazido por Portelli (1996), onde recordar e contar já é interpretar.

Vemos que muitos autores ao conceituar a técnica/ferramenta história de vida/história oral enfatizam a função dessas como facilitadoras de uma mistura -“mesclar”, “fundir” - entre individual/subjetivo e social/coletivo. Dessa forma, reduzimos a mais uma dicotomia a emergência que se dá na construção da fala sobre a história. Aqui, a história de vida virá como uma construção do subjetivo-coletivo a um só tempo, não juntando, mas produzindo algo novo. Essa é a perspectiva teórica de nossa pesquisa-intervenção.

Muito se trabalhou para destituir o antigo – mas, com momentos ainda de total vigor! – conceito de essência, porém algo me fez, por um momento, pensar que ela de fato existe. Fui apresentada a um amor que, imediatamente, me contagiou e me trouxe a quase-convicção de que um ser apaixonante por si mesmo, existe de fato: Alessandro Portelli, prazerosamente, apresentado a mim por Heliana Conde Rodrigues, com a qual passei a partilhar esse objeto de amor.²⁰

Algumas velhas estradas mal pavimentadas, com grandes buracos e obstáculos, escuras e escorregadias, por vezes, é necessário serem percorridas para chegarmos ao nosso destino. Assim, torcemos ainda mais para chegarmos aquelas belas estradas fáceis de percorrer. Da mesma forma, meus encontros com Haguette, Becker e Vancina não foram em vão. A história oral apresentada por estes autores salta das páginas dos livros como se lá tivesse nascido e apenas lá tivesse função. Ao contrário, Portelli, oralista italiano do movimento moderno da história oral, traz a construção, os efeitos e as implicações políticas desse modo de lidar com as histórias e as vidas, traduzindo ao mesmo tempo a leveza desse modo de pesquisar e o peso da implicação de seu uso:

“[...] [Na história oral] as entrevistas se distinguem de simples instrumento para recolher informações, aproximando-se de um “encontro politicamente significativo”, uma situação de aprendizado e um “experimento em igualdade” tanto para o depoente quanto para o entrevistador.” (Portelli, 1996, apud Rodrigues, 2005, p. 9).

Portelli (1996) traz à tona a questão central que torna a história oral alvo de críticas e desconfianças dos teóricos da ciência positivista, enquanto um procedimento fidedigno e digno de ser utilizado: “o território inexplorado e exorcizado da subjetividade”, colocando na berlinda tanto a fiel objetividade da fonte da pesquisa quanto a objetividade do cientista. Ao trabalharmos com as histórias não oficiais, não documentais e com as falas de pessoas comuns, trabalhamos com um campo de forças que não deixa de estar presente, mas que, só então, faz emergir subjetividades aí produzidas. Para o autor, pensar a subjetividade como uma interferência é, na verdade, torcer o significado dos fatos narrados. De fato, trabalhar com subjetividades em pesquisa pode não ser um caminho fiel, estável, mas é o caminhar nosso de cada dia!

A memória também é tema trazido por Portelli, uma vez que falar de oralidade é falar do uso de recordações. Contudo, não nos apresenta uma memória individualizada nem tão pouco um fator social totalizante, e sim um processo correlacionado a um dispositivo de saber, poder e subjetivação. Para o autor, a memória é “um processo ativo de criação de sentido” (apud Rodrigues, 2005).

Quanto à confiabilidade das fontes orais, Portelli destaca a importância desta não como aderência ao fato em si e sim, ao seu desvio e a emergência da imaginação, do simbolismo e do desejo (Ibidem).

Uma vez que minha proposta de pesquisa visa ouvir as lembranças de jovens que viveram institucionalizadas durante a adolescência e conhecer-construir seu caminhar, é a história de vida, enquanto uma especificidade da história oral, que me dará instrumentos à minha escuta e à construção polifônica²¹ de um saber sobre esta passagem. A história de vida dá sentido à noção de processo, capta “processo em movimento” conhecendo as táticas, suposições, o mundo, os constrangimentos e pressões que incidem sobre o sujeito (Haguette, 1992).

Os cartórios sempre foram os locais oficiais de registros e acordos. Registrar em cartório é hoje a garantia de palavra cumprida e do fato consolidado. Contudo, é o lugar da palavra fria, da história estagnada. Unir a cartografia e a história de vida é deixar que a história permaneça viva, ativa e afetiva. Cartoriar é historiar com afetação, é o encontro entre cartografia e história de vida.

²¹ Ver no tópico seguinte.

Construir um saber sobre o outro é, ao mesmo tempo, intervir na realidade, é fazer recorte, é produzir subjetividade, enquanto modos de existência. Pensar a pesquisa como investigação pura, como descoberta, é estar na busca aflita de confirmação de hipóteses prévias, na tentativa de desvelar o oculto que está lá desde sempre. Deleuze e Guatarri (1995) vêm apresentar a formulação de um novo modo de pesquisar, a Cartografia, que se baseia na premissa que falar de método é falar de caminho, de construção de um novo a partir do encontro. A palavra cartografia, em seu sentido usual, logo nos remete a aspectos geográficos e à figura do mapa. Contudo, para os geógrafos a diferença crucial entre esses dois termos é também a mais importante para nós: a cartografia se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem (Rolnik, 2007).

O método cartográfico opera na inseparabilidade entre conhecimento e vida, desnaturalizando o conhecimento, como forma de verdade, trazido pela ciência cartesiana. Ainda que usemos o termo “método” para nos referir à cartografia, Kirst *et alii* (2003), aponta que ela não determina em si uma metodologia, porém antes, propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que os encontros ocorrem.

Essa discussão é demarcada por dois questionamentos de base: “quem conhece?” e “o que se conhece?” que nos leva em direção a uma abordagem transdisciplinar²², pautada num posicionamento ético-político diante do que alguns elegem chamar de “objeto de pesquisa”. Portanto, lançar-se na aventura cartográfica, não é desviar-se do rigor metodológico e sim fazer do método um desvio. (Passos, exposição oral, agosto, 2007).

[...]a cartografia propõe-se a capturar no tempo o instante do encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território de pesquisa. É o encontro que se registra e não seus objetos. O cartógrafo sabe que é impossível congelar um objeto para estudar sua natureza sob todos os ângulos, isentando-se de implicação direta, conforme propõe a ciência positivista. (...)A cartografia é um terceiro que se produz, podendo conectar-se a outros e produzir ainda outros, infinitamente.(Kirst et all, 2003, p. 100).

Modo de fazer.

Ecléa Bosi, em “Memória e Sociedade” (2006), faz um cuidadoso e poético trabalho a partir da escuta de “Lembranças de velhos” - subtítulo da obra - moradores da

²² Quando falo em transdisciplinaridade aponto o desejo de desestabilizar as fronteiras; não somar, como propõe a multidisciplinaridade ou interrelacionar como nos sugere a interdisciplinaridade, mas um processo onde os termos sejam secundários à relação.

cidade de São Paulo onde se delineiam temas como memória, velhice, trabalho e um panorama sobre a São Paulo vivida pelos oito entrevistados. Na parte inicial Bosi discute o que é “a substância social da memória – a matéria lembrada” e vai além da idéia, trazida por muitos autores, das lembranças e da memória como algo tanto individual quanto social, assim como Portelli. Para a autora o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-lhas, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que permaneça o que signifique. Da mesma forma, serão tomadas as lembranças, as histórias de vidas contadas por cada uma dessas jovens, como instrumentos de montagem da nossa trama cartográfica.

A cartografia, enquanto um modo peculiar de fazer pesquisa, visa acompanhar um processo e não representar um objeto (Kastrup, 2007), atribui sentido em relação ao percurso de uma investigação²³. É na pesquisa cartográfica que algo do não quantificável pode ser apreendido, dando visibilidade ao dito. Por isso é preciso estar junto, sentindo-se afetado e não neutralizado. E neste caso não poderia ser diferente uma vez que estive lá, junto a elas, também de alguma forma institucionalizada e, do mesmo modo, busquei linhas desviantes para não me tornar apenas mais uma ferramenta naquela maquinária, ainda que em muitos momentos, tenha sido capturada por ela.

O interesse nesta proposta de intervenção/observação está no que for lembrado, “no que for escolhido para perpetuar-se nas suas histórias de vida” (Bosi, 2006, p.37). Partindo assim, dessas escolhas, uma cartografia desta passagem segue este percurso vivo. Apontado sempre como signo de ruptura, de abandono, de dor, de rompimentos, de estigmas, por vezes perde-se de vista que nesses estabelecimentos de abrigo criam-se vínculos, promovem-se encontros e acontecimentos e que, apesar da provisoriedade legal do abrigo não se dê, tudo é provisório, ainda que longo seu tempo de duração.

É na tentativa de percorrer e acompanhar a construção de um percurso de potência de vida dessas jovens, que traremos suas histórias de vida como o fio da meada com a qual construiremos nossa trama cartográfica - fio de múltiplas cores, espessuras e resistências.

Organizar o mundo? A fala e a escrita.

²³

Ver Patrícia Kirst, 2003.

Ao tomar como material de “observação” o discurso, cria-se em mim uma inquietação: como falar a fala do outro, como dar sentido à interpretação; ou ainda, de quem é a palavra que se produz. Mergulhamos, assim, no campo da linguagem e na difícil tarefa de transformar (se é que se trata de uma mudança de forma) a experiência vivida em uma escrita operante.

Fazer um corpo existir é falar dele; não o representando ou o descrevendo, como afirmam as clássicas teorias da linguagem, mas criando-o. E é na função criadora da linguagem que nos deteremos - para um olhar mais detalhado ver Tedesco e seus variados trabalhos sobre o tema, nos quais nos apoiamos.

De acordo com a autora, Austin (1990) ao falar sobre a “força ilocutória da palavra” aponta seu caráter de potência de criação de mundo, definindo a palavra como ato e negando seu caráter de instrumento de representação. Vinculada às circunstâncias empíricas, produz realidade. Esta produção de realidade se estabelece a partir da relação de dois planos: o plano da dizibilidade e o plano da visibilidade (Deleuze, 1988), que podemos também chamar de plano da produção de signos e plano da produção de corpos (Deleuze e Guatarri, 1980). É na relação de forças existentes entre esses planos que a realidade se instaura; dito e feito – ato de fala!

Ao produzirmos mundo a partir de “atos de fala”, então, produzimos subjetividades. É no conjunto de falas que o sujeito se constitui enquanto produto, não havendo qualquer relação de predominância ou hierarquia entre esses processos. ““A linguagem produz subjetividade no mesmo movimento em que é por ela produzida. Afirmamos a existência de um processo de produção recíproca.””(Tedesco, 2003).

Mas de onde advém este “conjunto de falas”? Quem fala? Nesta pesquisa, ao ouvir histórias de vidas, que se constituem pelo atravessamento de tantas outras histórias, e construir minha escrita - perpassada também por tantas outras (histórias e escritas) - alguma unidade é possível? Optamos fazer este trajeto, junto a Deleuze e Guatarri, sendo conduzidos pelo conceito de “polifonia” de Baktin e que traz a dimensão coletiva da linguagem.

Foucault, em seu trabalho intitulado “A ordem do discurso” de 1970, aponta que o autor não é o indivíduo que fala, pronuncia ou escreve um texto, mas é o princípio de agrupamento do discurso, a unidade e origem de suas significações, a base de sua coerência.

Desta forma, todo saber é polifônico, ou seja, se constitui pela composição de várias vozes, onde ecoam não apenas palavras, mas melodias, ruídos e silêncios. O que falo, só tem sentido junto a outras falas.

Assim também, a pesquisa cartográfica vem dar primazia à produção coletiva do caminhar na experimentação da pesquisa, constituindo-se, assim, não simplesmente, a partir da coleta de dados e sim, na construção de um campo de intervenção, que se constrói em dois momentos, em duas formas de experimentar: a experiência factual e a experiência da escrita. Em ambas, não há centralização da autoria em um sujeito individualizado, mas o fluxo contínuo de forças rompendo e criando novas formas.

Produzir uma escrita que contenha a riqueza da experiência vivida não se constitui em uma passagem, mas em uma nova experimentação que contém em si as possibilidades de encontros e desvios. Escrever não é dar ordem à desordenação dos fatos; não há separação entre linguagem escrita e vida e sim, potência de criação na escrita.

[...] vemos a escrita exercer a função de ruptura criadora. Escrever não é narrar a lembrança de um sujeito, não é descrever sentimentos pessoais, pois a descrição de vida íntima, da forma privada da subjetividade, em suas rotas redundantes, distancia-se da criação. Só é possível escrever traindo a personalidade. A escrita expressa não o sentimento de alguém, mas o acontecimento, o indeterminado, um afeto sem dono, uma experiência qualquer. (Tedesco, 1990)

Assim, a linguagem, em suas variadas formas de expressão, organiza o mundo não para representá-lo, mas por exprimir a multiplicidade de sentidos e de forças presentes nos modos de estar no mundo.²⁴

São esses modos-de-estar-no-mundo que falarão, através das jovens entrevistadas, de como é possível operar por desvios positivadores e produzir caminhos próprios apesar da rigidez das forças instituídas.

CARTORIANDO 1

²⁴ Ver Foucault em “A ordem do discurso” (1970) e os “procedimentos de controle do discurso”.

“Embora eu tenha ficado muito tempo, foi uma passagem que eu quero esquecer!”

M., 23 anos, abrigada por dois períodos:
quando criança, por cerca de quatro anos
e, quando adolescente, dos 13 aos 16
anos, quando foi adotada.

Escutar o outro é não apenas compartilhar memórias e sim construir memórias. Sabemos que nem sempre estar junto é um encontro, mas é do encontro, dos agenciamentos, que novas forças são produzidas. Fazer das falas, dirigidas a mim, material de uma escrita que carregue essa força, surgiu como um desafio; garantir a fidedignidade dessas falas em minha *falescrita*, uma questão: Como estabelecer esses contatos com o rigor necessário? Mais ainda, que tipo de rigor era, de fato, necessário?

Ouvir histórias e traçar caminhos era a delícia e a suavidade que procurava entre tantas durezas e formas fechadas de pesquisa. Sabia que era o caminho que queria, mas qual a melhor forma de manejo?

Fiz minha primeira entrevista ou, ainda, meu primeiro encontro. Fui convidada a almoçar com “meu objeto de pesquisa” que sugeriu que eu fosse a sua casa, pois faria um almoço para nós, depois de alguns contatos com ela por telefone e pela internet. Fiquei feliz e desconcertada: diante de minha proposta, me deparo com M. “dona” de casa e de sua autonomia ofertando a mim o que sempre foi motivo de seus protestos no abrigo, o almoço! Desejava muito experimentar esse momento, mas, o rigor científico? Isso é fazer pesquisa? Apostei que sim! M. me recebeu com um abraço acolhedor.

Neste momento em que ela efetivamente aceitou nosso encontro, estava desempregada e morando sozinha, condição de muita angústia para ela. Eu havia, anteriormente, mandado para ela por e-mail o projeto de pesquisa para que ela conhecesse minha proposta e avaliasse se aceitaria fazer parte; mas, ela não leu. Fiz também um Termo de Concordância para que assinasse aceitando que nossa conversa fosse gravada; uma tentativa de garantir o tal rigor da entrevista.

Ao chegar, encontro aquela menina que conheci: a mesma que protestava, que era conhecida por sua preguiça e sua astúcia e inteligência. M. lavava sua roupa em um tanque. Ao me receber me deu um aconchegante abraço. Fiquei surpresa! Eu era o alvo de muitas de

suas críticas e resistências no abrigo, eu era a psicóloga da equipe, a qual ela sempre questionava. Questionadora, era o adjetivo que dávamos a ela no abrigo.

M. continuou seu trabalho enquanto falávamos, especificamente, de pessoas, pessoas que convivíamos no abrigo e que tínhamos saudades. Funcionários, adolescentes, amigos; ainda que me diga que, amigos de fato, não fez nenhum lá. Vem morando sozinha há alguns poucos meses, após a mudança de sua família do município onde morava para um município de interior com poucas possibilidades profissionais, e fala de sua angústia em estar só, de não conseguir usufruir a liberdade que esperava ter sem sua família por perto. M. foi o único caso de adoção ocorrido no abrigo em que estivemos, até hoje.

Ela faz nosso almoço! Diz que é a única coisa que sabe cozinhar, mas o faz sem timidez. Lembro desse encontro com cheiro de orégano.

No momento em que proponho gravarmos nossa conversa, M. demonstra certo incômodo, perde um tanto de sua naturalidade e reforça que sobre algumas coisas ela não gostaria de falar. Recordo nossas primeiras conversas no abrigo, onde tinha muita resistência em nos contar sua história. Tínhamos que conhecer o que a levou a institucionalização e reconhecer se a direção de nosso trabalho caminharia no sentido de fazê-la retornar à sua família. De fato, era uma história difícil de ser contada por uma menina de 13 anos, mas precisava ser dita, insistíamos. A instituição necessita registrar, catalogar toda a história de quem passa por ela, estabelecer metas de intervenção, fazer estatísticas; criar a “pasta” da adolescente. Dez anos depois, M. mais uma vez não quer contá-la e senti-me feliz e aliviada em não ter argumentos para convencê-la do contrário.

Curiosamente, me diz que não tem lembranças bem definidas sobre si mesma, de períodos anteriores ao seu abrigamento: *“Parece que minha vida começa ali, naquele momento, no abrigo”*. Um marco, ou uma marca consistente na vida de M.

M. hoje com 23 anos, fala de sua família adotiva com absoluta propriedade. Tomou-a para si, mas ainda guarda contato, lembranças e projetos com sua família de origem. Destaca o fato de continuar sem pai reconhecido em sua nova certidão de nascimento, uma vez que sua mãe adotiva é solteira e sua mãe biológica sempre negou revelar a identidade de seu pai.

M. tem uma visão totalmente negativa do abrigo e de seu objetivo. Alega que seu olhar mudou depois que descobriu o que é de fato viver em uma família. Traz um olhar naturalizado e idealizado do grupo familiar. Seu maior ponto de crítica é a rigidez e a dureza das normas e regras que devem ser cumpridas por todos, sem exceção, dentro do abrigo.

Quando pergunto se sentia protegida no abrigo, ela responde: “*Eu acho que protege de ladrão, da rua [...]; agora proteger em si, enquanto ser - humano... acho que fere mais*”. M. sentia-se resguardada, porém não garantida em seu direito de proteção.

Como sempre reivindicou sua autonomia dentro da instituição, o foco de seu olhar é o modo como o abrigo não considerava a particularidade de cada menina, o que conseguia a partir da força das resistências e recusas em participar do que era imposto: “*eu queria mostrar que eu podia dizer não... e você não tem querer lá dentro. [...] fazia só pra reivindicar*”. M. recusava-se a participar, principalmente, das atividades propostas pela equipe técnica – grupo operativo, oficinas e até mesmo atividades de recreação. Fazia questão de participar das assembleias onde encontrava lugar para suas reivindicações e queixas, ainda que diga que não eram ouvidas, verdadeiramente, naquele espaço. Destacava-se sempre por conseguir impor suas resistências e considera que recebia privilégios de alguns funcionários. Na verdade, M. conseguia construir um espaço próprio.

Traz o fato de ter sido adotada como o ponto de ruptura, o que possibilitou para ela um novo caminho em sua trajetória, seu destino já traçado de delinquência e estigma. Fazer parte de uma família foi o que fez a diferença em sua vida, ela diz.

Pergunto se ela vê algum outro objetivo no abrigamento que não o explicitado pelos órgãos de proteção e pelas leis relacionadas ao tema. Ela fica surpresa, diz ser uma pergunta difícil e sobre o qual nunca pensou. Imediatamente, fala sobre o repasse de verbas *per capita* que recebia o estabelecimento para a manutenção do local e lhe vem a idéia de que as adolescentes eram mantidas no abrigo por interesse de manutenção dessa verba, apontando um caráter político na questão que ela mesma nunca pensou reconhecer. Ficou para ela algo novo a pensar.

Sobre o que significou em sua vida ter estado abrigada, M. conclui: “*Se ele [o abrigo] soubesse o poder que ele tem sobre aquela pessoa que tá lá dentro, ele não seria só um abrigo.*” Conta ainda ter, freqüentemente, sonhos em que está no abrigo, sente medo e chora muito pedindo a sua mãe (adotiva) que não a deixe lá; por vezes, ela diz, acorda ainda chorando. Diz possuir uma séria dificuldade em tomar iniciativas e fazer escolhas, uma característica que considera ter sido produzida pelo abrigamento: “*Vocês não deixavam a gente ter iniciativa, a gente tinha tudo na mão e na hora que vocês queriam; a gente não conseguia nem saber que horas queria comer!*”.

M. retornou ao abrigo após sua saída, como educadora social: “*Quis saber como era o outro lado*”. Conta que não conseguiu ficar por muito tempo, depois de conhecer “*o que rola por trás*”. Alega que “*não dava mole pra’s meninas*” enquanto educadora e que era respeitada

por elas. A primeira atitude que tomou após seu retorno foi ler sua pasta onde toda a equipe anota a rotina diária das adolescentes, material de acesso proibido para elas. M. não se conformava em não poder ler o que se escrevia sobre ela: “*Gente, é minha vida!*”. “*Mas depois que fui trabalhar lá, né...*”, finaliza, orgulhosa. Ficou surpresa com a riqueza de detalhes com a qual as informações sobre ela eram registradas, assim como a quantidade de informação descrita. Não apenas leu, como tem guardadas cópias desta e de todo o seu processo que tramitou na Vara de Infância, Juventude e Idoso.

M. diz ter vontade de escrever um livro sobre sua história, mas teme expor partes de sua vida sobre as quais não gostaria.

Essa primeira entrevista me trouxe muitas surpresas e lembranças. Fico preocupada com o fato de eu já trazer certo conhecimento sobre a história das adolescentes que entrevistei; algumas recordações de M. juntavam-se a minhas recordações e isso fazia com que criasse expectativas sobre o que iria ouvir. Algumas dessas expectativas foram, realmente, atingidas; outras, frustradas. Penso na inevitabilidade desta miscigenação de memórias, uma vez que vivemos, cada uma de seu lugar, as experiências desse mesmo espaço e que as memórias que ali surgiram certamente foram produzidas a partir do encontro de outra tantas lembranças.

Outro ponto de análise circulou em torno da gravação. Uma inquietação se produziu a partir do incomodo de M. em registrarmos, com a gravação, nossa conversa. Este ponto fez parte de trocas coletivas, tanto na qualificação quanto na turma de colegas do mestrado. Percebi o quanto a gravação torna meu momento ali, junto ao outro, tecnicista e adia para o momento da audição as afetações que poderiam advir. Discutimos o quanto todo o moderno aparato tecnológico, por vezes, funciona como um escudo aos afetos que se debatem com meu corpo e faz com que nosso contato seja protegido por mediações duras. Falo verdades pelo telefone, declaro segredos pela internet, deixo-me emocionar pela tela da TV, ouço o que me foi dito pelo gravador...; se falo de memória viva, de percurso entre, de criação, devo deixar reverberar o som da voz em minha pele e gravar no corpo as sensações das memórias que produzimos juntas. Não simplesmente “transformar a voz em letra” (Rodrigues et alii, 2007), mas ver nas vozes, vida ecoando. Mais uma aposta feita: fui ao meu segundo encontro sem gravador!

CAPÍTULO II

Institucionalizar para garantir cidadania? Nem rua, nem casa: o abrigo.

Se há algo de que temos que nos prevenir é das instituições, das suas organizações, das suas justificações e da imensa ilusão que elas produzem.²⁵

Segundo a legislação, o abrigo é medida protetiva, provisória e excepcional que visa preparar o adolescente para o retorno à sua família de origem ou colocação em família substituta. Os abrigos atendem crianças e adolescentes que tenham seus direitos (considerados) violados e que necessitem ser temporariamente afastados da convivência familiar ou ainda, das ruas, funcionando assim como “moradia substituta” (Silva, 2004). Diretamente vinculado à instância judiciária, o abrigo se estabelece como órgão de tutela, ao mesmo tempo em que é tutelado pelo Estado e pela Justiça da Infância e Juventude. Uma vez abrigado, o adolescente permanece dependente da instância jurídica para toda e qualquer atividade e movimento “extra-muros”, inclusive para seu desligamento da instituição, mesmo tendo como pressuposto básico a não privação de liberdade, além da preservação de sua autonomia, idéias, crenças, do seu espaço e de seus objetos pessoais²⁶.

O último levantamento oficial, divulgado pelo IPEA/CONANDA no ano de 2004, levanta o número de abrigos no país, considerando apenas os credenciados na rede SAC²⁷, em um total de 589 unidades. Sabemos que um universo ainda maior compõe o total de instituições que recebem crianças e adolescentes em situação de “vulnerabilidade social” ou crianças e adolescentes em “situação de risco”, e que não se encontram credenciados nessa rede.

Muitos permanecem abrigados da infância até o fim da adolescência, como também muitos chegam já após os 12 anos de idade. Independente do período de sua entrada, uma característica é sempre marcante na recepção dessas pessoas: o esclarecimento de que aquele lugar é uma passagem, que ali não é para se ficar. Apesar de considerado por muitos um bom

²⁵ Lancetti, 1989, p. 89.

²⁶ Ver Lei Federal 8069/90 - ECA, art. 15, 16, 17, 18; art. 101, parágrafo único.

²⁷ A Rede Serviço de Atenção Continuada (SAC)/Abrigos para crianças e adolescentes, encontra-se inserida na modalidade “serviços assistenciais” pertencentes às ações e programas regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do âmbito da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

lugar, de não trazer os riscos da rua, de não permitir sua exposição a violências e maus tratos, não se deve gostar de estar ali, pois “o abrigo não é a casa”, dizemos. É comum vermos nos relatórios e documentos redigidos por técnicos dos abrigos, o trabalho sistemático sobre crianças e adolescentes que “começam a estabelecer vínculo com a instituição”, “acostumaram em estar no abrigo” e isto deflagra um urgente pedido de desabrigo, apontando para os malefícios de uma “cronificação institucional”. Meses e anos se passavam e continuávamos a dizer: “aqui não é sua casa!”, apesar do contraditório nome que a instituição em que atuei é conhecida: “Casa das meninas”.

No abrigo se oferece proteção, moradia enquanto “lugar de estada” (Ferreira, 1986), mas não uma casa. No viver em família, como em qualquer grupo social, há uma demarcação de papéis, comportamentos, limites e segredos que apenas compartilhamos com quem elegemos e que é delimitada de acordo com a coletividade do grupo que a compõe. No abrigo as ações, segredos e comportamentos devem ser permitidos ou interrompidos por quem (co)ordena e faz cumprir as “normas institucionais”. O quarto que ocupo, a cama que durmo, o lugar onde me situo pode ser trocado a qualquer hora como um castigo ou uma dinâmica da instituição. Silva (2007) assinala:

A dinâmica da instituição é a supressão da intimidade, da individualidade e das características individuais, introduzindo a criança em um meio onde ela nunca será sujeito e onde todas as dimensões de sua vida passarão a ser administradas do ponto de vista da conveniência da instituição, sobretudo de suas regras funcionais ou disciplinares. (p. 3).

Mais do que a supressão da intimidade e da individualidade, o abrigo, ainda que forme um grupo dentro do estabelecimento, o maneja de forma a suprimir a socialização e as alianças entre os sujeitos abrigados. A rotatividade na ocupação dos quartos (cada quarto era ocupado por quatro adolescentes e a cada nova entrada, uma era deslocada para o último quarto), a proibição da realização de tarefas em conjunto ou da conversa dentro dos quartos são formas de manter o controle sobre as conseqüências que a formação de vínculos de aliança pode acarretar. Antigo temor entre os disciplinadores e os controladores da ordem.

O caráter impessoal do cuidado institucional, a padronização da atenção, a massificação das características individuais faz com que adquira um caráter de lugar para todos – e para ninguém, mas sem qualquer vínculo de pertencimento. Os olhares e as falas das adolescentes que permaneciam no abrigo demonstravam viverem um momento onde nenhuma criação é possível, onde se espera o momento de saída do abrigo para voltar a viver, como se

ali uma suspensão da potência de vida se instalasse e apenas a espera as mantinham vivas. Vicente (2007) fala do estabelecimento de abrigo como “quase um não lugar”, devendo, por isso, ser transitório.

Inserida num estabelecimento de abrigo onde atuei como psicóloga da equipe técnica por cinco anos, fui movida por muitas inquietações, iniciando com o questionamento sobre minha prática diante das adolescentes assistidas: a que demanda atender? A demanda da instituição ou da adolescente? Mantê-las dóceis, prepará-las para o retorno à família ou fortalecer sua busca de autonomia que, muitas vezes, vem atrelada a sua chamada “rebeldia”? Questionamento que era modulado pelo seguinte ponto: que atravessamentos se dão no movimento de institucionalização/abrigamento e que subjetividades são produzidas nos adolescentes assistidos?

Nem o arbítrio da rua nem o acolhimento da casa, o abrigo coloca o adolescente num momento de estagnação, onde não só a medida de proteção é provisória, mas todo o seu momento congela, submerso nas frias relações que lhe são impostas.

Dar abrigo.

Por que hoje abrigamos nossas crianças e adolescentes que julgamos encontrarem-se em “situação de risco social”? Se antes internávamos os abandonados e “delinquentes”, atualmente, em um caráter manifestamente preventivo, mesmo precedendo o abandono ou o ato infracional, os institucionalizamos. Sim, os institucionalizamos, não simplesmente os colocamos em um estabelecimento de abrigo ou internação, mas os capturamos em práticas e saberes historicamente produzidos, que os fazem adquirir uma essência de privação e necessidade de proteção, tornando-os sujeitos despotencializados e tutelados por um Poder Público – público não por servir a todos, mas por ser exercido sobre todos.

O recolhimento e a reclusão sempre foram instrumentos e práticas comuns em nosso país. Desde o século XIX funcionava como saída para famílias que tinham dificuldades no cuidado dos filhos. Nos estabelecimentos onde eram recolhidos, crianças e adolescentes eram mantidas como órfãos ou abandonadas, excluindo-as do contato familiar, ainda que as tivesse. Funcionavam com a estrutura semelhante aos grandes asilos.

Apenas após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente mudanças significativas começaram a ser impostas tanto na função, quanto na estrutura desses lugares. A cultura da internação vai sendo substituída pela idéia de abrigamento onde se enfatiza o

caráter temporário, a não destituição dos vínculos familiares e o tratamento individualizado. Contudo, muitas práticas dessa antiga cultura ainda se mantêm.

O percurso histórico destes movimentos de reclusão tem sido amplamente delineado e discutido por pesquisadores de múltiplas linhas de pesquisa e áreas de atuação e não será, aqui, nosso objetivo.²⁸ Apontamos, contudo, que ainda hoje é a ferramenta mestra utilizada no controle e contenção dos considerados desviantes, anormais, perigosos e ameaçadores que se encontram nas prisões, hospitais e abrigos. Que garantias são oferecidas a estes sujeitos em/de risco que fazem com que esta dinâmica seja mantida e por vezes, aplaudida pelo grupo social? *Ressocializar* o preso, *curar* o doente mental, *proteger* o abrigado: ações que dão a estes atores o que se julga estar perdido e que é sua garantia de bem-estar e bem-viver na nossa sociedade: a cidadania, na forma da garantia de direitos. Mas o que é cidadania?

Dar direitos.

A conceituação clássica que encontramos nas rodas de debates sobre cidadania traz este conceito como a qualidade máxima de um sujeito no gozo de seus direitos civis e políticos. Jose Murilo de Carvalho (2006) destaca a necessidade de contextualizarmos historicamente o desenrolar desta idéia. Traz-nos o desdobramento do conceito de cidadania, próprio do percurso que se desenvolveu na Inglaterra a partir do séc. XVIII, em três esferas: dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais.

Nessa vertente, os direitos civis são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos referem-se à participação no governo da sociedade. Os direitos sociais anunciam a participação na riqueza coletiva e um mínimo de bem-estar para todos.

Para o autor, essa seqüência de apresentação não é por acaso; no modelo inglês o surgimento e a importância do exercício desses direitos, parte da garantia dos direitos civis, tendo como consequência última o exercício dos direitos sociais; assim, ter participação no mínimo de bem estar é consequência direta do exercício dos direitos fundamentais à vida. No Brasil, contudo, aponta o autor, não se aplica esse modelo, havendo duas diferenças importantes: proprõe-se uma maior ênfase no modelo social e sua prevalência em relação aos outros (Carvalho, 2006). Mas de que forma essa ênfase nas garantias sociais se produziu?

²⁸ Para maiores detalhes, ver: Rizzini, I. e Rizzini, I., (1993, 2000, 2004, 2006); Silva, (2004); Del priori, (1999) e Freitas, (2001).

Nilo Batista, citado por Vera Malaguti Batista no livro “Difíceis Ganhos Fáceis” (2003), ao abordar o sistema penal no Brasil e seus artifícios, traz a concepção de “cidadania negativa” – ou “cidadania em negativo” como colocado por Carvalho - como o conhecimento dos limites formais à intervenção coercitiva do Estado e o exercício desse conhecimento; uma cidadania às avessas, onde apenas cabe defender-me das opressões e arbítrios do sistema.

Marilena Chauí fala de uma “pseudo-cidadania”, sendo esses direitos concedidos a determinadas classes pelas classes dominantes (Coimbra, 1994), termos que apontam para o processo de construção deste conceito diretamente atrelado a ordem social. Sonia Wanderley (1999, apud Batista 2003a) aponta duas qualidades sem as quais não poderia haver cidadania: a ordem e a legalidade. Ser cidadão implica, assim, estar em uma classe onde a cidadania lhe é concedida e sob o jugo da lei e da ordem.

Buscar concentrar a atenção na (falsa) garantia dos direitos sociais ou em parte dele – como nos programas assistencialistas - sem possibilitar o exercício livre dos direitos civis e políticos é o engodo da proteção e da concessão do “mínimo de bem-estar” para todos, que mantém a contramão da cidadania, em nosso país, sempre congestionada. Lembro, aqui, de alguns poucos casos de adolescentes que buscavam o Conselho Tutelar pedindo para serem abrigadas, após serem orientadas sobre esse procedimento de proteção. O abrigo, aí valorizado como um direito social e uma garantia de um mínimo de bem-estar, na verdade obstrui o exercício pleno dos direitos civis e políticos desse grupo.

Mas não podemos deixar de observar que toda esta conceituação de cidadania assegurada a todos é pautada em um modelo de identidade, enquanto unidade provisória, a forma onde nos reconhecemos. Sendo nossa natureza, produção de diferença, a garantia de cidadania enquanto mantenedora de direitos legitimados não assegura, necessariamente, uma qualidade de vida em outros aspectos, uma vez que, pautada em um modelo identitário, tende a bloquear os processos de singularização, os quais rompem, em parte ou no todo, as formas identitárias socialmente impostas.

É que quando o que está em jogo é o favorecimento da vida em sua potência criadora, a conquista da cidadania, embora necessária, é insuficiente, pois ela pode coexistir com projetos desfavorecedores promovidos pelas ilusões do homem da moral, quando esse vetor é demasiadamente poderoso. (Rolnik, 1992, p. 14).

Exercer meus direitos apenas quando os reconheço enquanto direitos violados é a prática de uma cidadania capturada pela nossa sociedade controladora e excludente. Controle da vida pela exclusão da presença de (alguns) corpos, onde na busca de tirar os corpos não docilizáveis de circulação cercamos as praças, fechamos os portões dos estabelecimentos de captura e aprisionamento e os incluímos pela exclusão.

Este é um conceito que vem sempre atrelado a idéias como desigualdade, deficiência, inadaptação, falta, injustiça, exploração, como algo que foge a ordem e está fora da máquina do sistema social. Quando falamos de exclusão, no entanto, sabemos que exclusão e inclusão funcionam como um jogo complementar. Sawaia (2004) a articula com sua outra face, quando diz:

[A exclusão] é processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha no sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (p. 9)

Em *Artimanhas da Exclusão* (2004), Wanderley fala dos “novos excluídos” como personagens forjadas no cotidiano e que se tornam facilmente identificáveis por 3 características fundamentais: serem incômodos politicamente, ameaçadores socialmente e desnecessários economicamente.

Quem são estes sujeitos capazes de serem rotulados de forma tão despotencializadora e permanecerem engrenagem desta máquina? Onde estão e qual cidadania lhes é garantida? Há vários caminhos possíveis para tornar-se cidadão em nosso grupo social, ainda que negativamente, e hoje, uma delas, é o chamado “risco social” ou ser um cidadão em “situação de risco”.

Michel Foucault traz, em muitos de seus escritos, a importância e a função das práticas sociais na produção de formas de estar no mundo e de modos de saber, sendo estas, instrumentos poderosos de reprodução e criação de identidades forjadas, modelos de identidade que anulam as diferentes formas de existir e cristalizam quadros de referência. Guatarri e Rolnik (1986) trazem a noção de identidade como uma forma de controle social, uma estratégia de construir personagens prontas a assumir seus papéis. Hoje, estar em “situação de risco” ou em estado de “vulnerabilidade social” é ser chamado a representar o papel que lhe cabe: ser retirado de cena, enquanto se alega estarem sendo protegidos e

tutelados, sendo incluído em algum mecanismo de controles seja discursivo (laudos, registros, diagnósticos) seja não discursivo (abrigos, prisões, etc.).

O controle da ordem é o ponto central desses estabelecimentos que buscam neutralizar os fluxos de resistências e as forças que lutam contra as identidades-unidades, retirando de circulação os sujeitos desordenadores e garantindo proteção a quem tem o privilégio de manter-se em “liberdade”. Em última instância, é a nós, que permanecemos extra-muros, as famílias consideradas agressoras e negligentes que permanecem em suas casas, às escolas que continuam com seus “bons alunos”, aos passantes que se sentem seguros sem a presença desses adolescentes nas ruas, que o abrigamento protege.²⁹

Cidadania-enclausurada, é o que a institucionalização-abrigo produz enquanto garantia de direitos prescritos, anulando o verdadeiro sentido de uma cidadania como conquista do espaço público e produtora de práticas éticas articuladas a partir de uma produção coletiva, tendo como critério de valor o caráter criador da/de vida.

²⁹ Não desconsidero casos em que, de fato, há a necessidade da criança/adolescente ser afastado, provisoriamente, de uma situação que ameaça sua integridade de vida, mas penso que outras saídas seriam possíveis.

CARTORIANDO 2

“Todo lugar tem coisa boa e coisa ruim”.

Ra., 20 anos, abrigada dos 12 aos 16 anos, após ficar órfã; foi entregue à irmã – único familiar conhecido – após esta última completar 18 anos.

Meu encontro com Ra. me trouxe a surpresa de sua, ainda, pouca idade. Não me recordava dela ainda tão jovem, com todas as lembranças que trazia de sua história. Ra. demonstra muita simpatia e alegria em nosso contato, assim como todo seu relato é transmitido de forma alegre e com boas recordações. Almoçamos juntas, em um shopping center.

Ra. chegou ao abrigo ainda com 11 anos e aguardou algumas semanas em um abrigo para crianças até seu aniversário, onde completou a idade necessária para ser encaminhada a um abrigo para adolescentes. Chegou após a morte de sua mãe, tendo ficado apenas como referência familiar uma irmã adolescente que não podia, legalmente, responsabilizar-se por ela. Permaneceu abrigada até a irmã atingir a maioridade e estabelecer um local para morarem. Ra. lembra que ao ser desligada da instituição, foi morar em companhia da irmã em uma casa ainda quase vazia, sem mobília e utensílios, tamanha a pressão da instituição em tira-la de lá.

Conta que sentiu muito medo ao chegar ao abrigo, *medo de tudo*, ela diz e que pensava que seria maltratada e apanharia dos funcionários, pois tinha como referência o que era dito, popularmente, sobre a FEBEM e os locais de internação. Antes de seu abrigamento, passou por três famílias que a tratavam como se fosse empregada da casa e com isso diz que, de fato, foi melhor ter sido abrigada.

Avalia que sua passagem pelo abrigo foi positiva e diz ter gostado do tempo em que viveu lá: *“Eu me diverti muito!”*. Resume o significado do abrigo em sua vida como um aprendizado: *“Eu aprendi muito e ouvia muito”*. Fez amigos – educadores - que hoje são referência para ela e ajuda nos momentos em que precisa. Apesar disso, diz, curiosamente,

carregar mais lembranças ruins do que boas, por conta do sofrimento das outras adolescentes com as quais convivia; *“As meninas sofriram muito lá.”*, ela diz e avalia que não sentia a mesma dor, por não ter sido abandonada ou negligenciada, e sim, por ter ficado órfã. *“Minha mãe tinha morrido e eu não tinha mesmo onde ficar.”* Ra. traz o abrigo como uma solução naquele momento de sua vida onde se encontrava desprotegida e sem sua cuidadora; enfatiza muito aspectos ligados a ter um teto para dormir e alimentação, sendo estes os principais fatores que fazem com que afirme que estando abrigada, sentia-se protegida pelas pessoas.

Considera que tinha privilégios em detrimentos das outras adolescentes, não por sua idade (era uma das mais novas) e sim porque era colaborativa e sempre ouvia o que tinham a dizer a ela. Nunca se envolvia com brigas ou tentou qualquer forma de evasão por ter medo de ficar pelas ruas sem ter onde dormir (sic). Ra. foi a única adolescente que teve uma festa de 15 anos organizada e financiada pela instituição e lembra disso com muita satisfação. Conta que algumas educadoras diziam que ela não era *“menina pra tá em abrigo”*, mas que não se sentia diferente das outras: *“Eu tava precisando como todas as outras, por isso eu tava ali.”*. É bastante forte em sua fala esse caráter da instituição enquanto supridora de necessidades. Avalia que as regras eram, também, necessárias, *“por que senão virava uma bagunça”*.

Aponta para uma relação bastante conflituosa com a coordenação do abrigo, dizendo que não eram ouvidas e eram enganadas pela equipe, sendo que havia toda uma manipulação para que fosse feito apenas o que a instituição avaliasse como importante. Relata que, o que era dito nas assembléias semanais não era, de fato, considerado. Sentia-se protegida, ainda que não se sentisse respeitada.

Conta muitas lembranças das colegas de abrigo, de algumas que mantêm ainda convívio e das trajetórias de várias outras jovens: algumas assassinadas, vivendo nas ruas, prostitutas, mães, etc., e conclui: *“De cem, acho que só umas três ou quatro tão direitinhas...”* Pergunto o que acha disso e porque pensa que muitas tomam esses caminhos e R. diz não acreditar que tenha qualquer ligação com a passagem pelo abrigo: *“Acho que é uma escolha”*, conclui. Relata que no início de seu abrigamento tinha vergonha de ser reconhecida como uma adolescente abrigada, porém hoje sente *“orgulho”* em contar sua história e ver o quanto as pessoas se surpreendem por ela estar bem, apesar do que viveu: *“Ah, quando vêem uma menina pela rua e sabem que foi de abrigo, pensam: “Logo vi!””*.

Ra., à época de nosso encontro, estava recentemente vivendo sozinha, após a irmã casar-se. Trazia muitas preocupações quanto a conseguir manter-se e viver sua vida de forma autônoma. Trabalha no período da tarde em uma empresa de cobrança e estuda pela manhã; prepara-se para tentar carreira militar, o que diz sempre ter sido seu sonho, amplamente incentivado pela equipe do abrigo. Traz muitas preocupações e valores capitalistas, ligados a obtenção de bens materiais e diz ser “*muito ambiciosa*”. É bastante rígida com preconceitos e rótulos de cunho moral, como por exemplo, não aceitar namorar rapazes negros, sendo ela também negra. Não traz qualquer questionamento ou reflexão sobre aspectos outros do que viveu, além do fato de ter sido cuidada, talvez, o que, de fato, demandava sua pouca idade. Ra. apresenta o abrigamento em sua vida, de acordo com o sentido literal da palavra: um abrigo e que a escolha que fez por uma vida “direita” foi o resultado de sua escolha em ouvir os conselhos que recebeu.

Apesar de tudo, recebeu um convite da coordenação para trabalhar na “casa” e por sua relação conflituosa com esta, não aceitou, alegando não querer retornar ao abrigo em qualquer circunstância (sic).

CAPÍTULO III

A produção social do adolescente em situação de risco

Nem criança, nem adulto: o adolescente.

[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.³⁰

Todas as histórias apresentadas ao longo deste trabalho pelas jovens entrevistadas, trazem à tona um período comum nas suas vidas: a adolescência. Legalmente definida como o intervalo entre os 12 anos completos e os 18 anos incompletos (ECA), a adolescência, ainda que alguns autores busquem conceitua-la, simplesmente, diferenciando-a da puberdade - termo que aponta para os dados biológicos desse período da vida - traz atributos essencialistas e que se produzem como inevitáveis a todos que saem da infância.

Na tentativa incessante de produzir clivagens, fragmentar a vida e normatizar comportamentos, produziu-se esse “momento” da vida, onde um protocolo de regras deve ser seguido: superar a crise de identidade (sem traumas!), iniciar a vida sexual (de forma segura!), fazer a escolha profissional (sem dúvidas!), preparar-se para o mercado de trabalho/consumo (com excelência!); o adolescente que rompe o protocolo, como em uma possibilidade de contágio, dispõe-se a riscos, ao risco de não ser um adolescente (saudável) como todos os outros.

Ao colarmos em nossos jovens o modelo identitário da adolescência, lhes imputamos uma essência produzida pelo capital para aprisionar um fluxo de vida que parece ser, ainda, permitido apenas às crianças - ou ainda, nem mesmo às crianças, pois essas também são capturadas pelos “modelos de infância”, além de vermos surgir, na atualidade, outro “momento” a classificar: a pré-adolescência - mas que deve ser perdido no momento de uniformizar a todos na máquina produtiva do capital. Ao adolescente que não se prepara para gerar lucro, lhe resta gerar medo, como tudo que foge às boas regras de conduta.

³⁰ Foucault, 2002, p. 306.

Forjado o conceito, forja-se seu lugar e seu papel. Considerado como um período de transição – como se toda a vida não fosse por si mesma uma transição! - busca-se chegar à idade adulta (outro momento da vida com características ditas essenciais!) pronto a assumir responsabilidades e garantir a própria autonomia, o que em nossa sociedade de mercado é não simplesmente produzir, mas ser um consumidor. Porém, as mesmas forças que produzem esse idealismo, fazem emergir aqueles que não são capazes de completar seu ciclo: adolescentes pobres, agressivos, rebeldes, diferentes, marginais, fora do padrão. O que fazer com eles, uma vez que construímos, de antemão, seu futuro incerto?

A “situação de risco” ou vulnerabilidade social

“**Vulnerável** diz-se do ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido”. **Risco** é um “perigo”, mas também uma “marca profunda”(Ferreira, 1986). Dois termos que expressam bem o antagonismo que se estabelece ao falarmos da necessidade de proteção que eles fazem emergir: é pelo social que estes sujeitos são atacados, como também é pelo social que devem ser protegidos, estando imersos numa situação que os marca, os marca em seus corpos, sendo riscados do mapa!

Vários padrões de reconhecimento e legitimação social vem sendo construídos em nossa sociedade desde o início do século XX, como a “família organizada” e o “emprego fixo”. Sabemos que, especialmente entre os mais pobres, são padrões difíceis de serem atingidos e estar fora é ser re-modelado no território dos “sujeitos perigosos”, aos quais se imputam práticas que vão da evitação ao extermínio (Coimbra e Nascimento, 2004).

Batista (2003b) discute o artifício da chamada “atitude suspeita” vinculado ao que Sidney Challoub chamou de “estratégia de suspeição generalizada”. Esta era utilizada para o controle das populações negras recém-libertadas no final do séc. XIX. Ao final do séc. XX essa estratégia continua entranhada na cultura e nos procedimentos policiais como forma de manter sob controle os deslocamentos e a circulação pela cidade de seguimentos sociais muito bem delimitados [identificados]. A atitude suspeita carrega um forte conteúdo de seletividade e estigmatização. Analisando a fala de policiais nos processos levantados em sua pesquisa, a autora aponta que a “atitude suspeita” não se relaciona a nenhum ato suspeito, não é atributo do “fazer algo suspeito” e sim de ser, pertencer a um determinado grupo social.

Quem são os sujeitos em atitude suspeita sobre os quais não pode recair a dura lei penal? Quem são os sujeitos protegidos pela “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”? Os adolescentes, os que perambulam pelas ruas, pobres, negros, famintos

ou ainda invisíveis. A esses demos uma outra marca, a marca profunda da “situação de risco”³¹. Cabe aos incômodos, ameaçadores e indesejáveis e penalmente imputáveis, a atitude suspeita e a detenção; aos também ameaçadores, mas penalmente inimputáveis, a situação de risco e a proteção, com toda a pesada dose de controle que toda proteção traz atrelada a si.

Sonia Altoé, em “Infâncias Perdidas”(1990), traça um perfil dos antigos internatos para menores no Rio de Janeiro e das crianças e adolescentes que por ali passaram. Ela descreve que o que perpassa todos os estabelecimentos de abrigo, indiferentemente, ““é a disciplina, a mesmice, o determinismo, o massacre, o não reconhecimento, a vitória da morte psicológica,”” (p. 12). Esse enclausuramento dos que sobrevivem ao extermínio é a cartada final na tentativa de modelar “cidadãos de bem”, exercendo um controle não apenas sobre o que se é, mas sobre o que cada um desses sujeitos, virtualmente perigosos, podem vir a ser. Daí o caráter preventivo desse mecanismo.

Ser reconhecido como um adolescente em situação de risco, é estar sob a vigilância-proteção dos vários órgãos da chamada “rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente”, sejam eles os Conselhos Tutelares, as Varas de Infância, Adolescência e Idoso, as Secretarias Municipais de Assistência, os PATI, PAIF, Sentinelas³², a Polícia Militar, as Guardas Municipais, as Fundações de proteção, as instituições escolares e tantas outras.

Nos tempos atuais, a segurança é a palavra de ordem e as formas como a segurança vem sendo garantida aos “cidadãos de bem” nos fala, diretamente, sobre questões vinculadas aos Direitos Humanos, não por acaso, tão em pauta atualmente. Coimbra; Lobo e Nascimento (2008) apontam, contudo, que esses direitos proclamados pelas revoluções burguesas e contidos nas mais variadas declarações construíram subjetividades que definem para quais humanos os direitos devem se dirigir.

³¹ A construção do medo e de identidades virtualmente perigosas é outra forma de possibilitar a captura desses adolescentes.

³² PETI – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas – o Serviço Socioeducativo ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias. Além de prever ações socioassistenciais com foco na família, potencializando sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários.

PAIF – O Programa de Atenção Integral à Família expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar. Esse programa é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Programa Sentinela, - atualmente conhecido como Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

Em nossa sociedade, a vida não garante a humanidade, nos moldes delimitados pela lei. Para ser humano e ter seus direitos essenciais garantidos é preciso fazer parte de um grupo bastante seletivo, produzido por práticas sociais que constroem o retrato dos “homens dignos”. O que nos universaliza, a vida, não nos garante os chamados direitos humanos, pois a vida não é garantia de cidadania ou mesmo de humanidade em nossa sociedade de consumo. Para Wacquant (2001, apud Batista, 2003a) a participação no consumo é o verdadeiro passaporte para a cidadania; para Coimbra; Lobo e Nascimento (2008) a elite capitalista compõe a dimensão “humana” nos parâmetros das garantias de direitos do capital. Aos que restam, aos restos, aos supérfluos, a vida lhes garante apenas a vulnerabilidade, dando-lhes o direito apenas às “ilusões-re”, apresentadas por Batista (2008): reeducar, ressocializar e reintegrar. Analisando o destino das meninas abandonadas no começo do século XX, a autora aponta:

[...] uma vez caídas no sistema, não havia como fugir dos asilos, da polícia, do juiz ou das soldadas. (...) Através do discurso de “recuperação, da ressocialização e da reeducação”, o que se percebe são os objetivos bem claros: medidas de contenção social elaboradas com critérios bem explícitos na sua seletividade. (p. 198).

“Se ela tivesse tido a oportunidade de emprego que eu tive, o tratamento que me ofereciam, ela teria fugido? Com certeza não, e hoje estaria aqui entre nós!”.

L., abrigada aos 16 anos, por não ser aceita pela família ao reconhecer sua orientação homossexual; assassinada após a saída do abrigo, involuntariamente, após completar 18 anos.

Após a qualificação (e também após minha segunda entrevista) sou convidada pelo grupo de pesquisa PIVETES³³ para ser entrevistada, uma vez que vem pesquisando, nos anos 2008/2009, as atuações de profissionais ligados às medidas de proteção, enfatizando o período de transição e implementação do ECA. Lá muitas perguntas fizeram com que fossem construídas memórias do abrigo onde trabalhei, da rotina, do funcionamento, de minha atuação e do lugar que ele de fato ocupava, para mim e para as adolescentes abrigadas. Este encontro atravessou e marcou esse meu momento da pesquisa, e lá me dei conta de uma questão fundamental nesse meu percurso. Diz respeito a história de cada uma das adolescentes e ao percurso de vida que tiveram pós-abrigamento, justamente o ponto de meu interesse. Vejo, então, que no fundo as histórias das jovens que elegi ouvir não me surpreenderam de fato, assim como não me surpreendo, realmente, quando ouço falar naquelas que “não deram certo”, estão nas ruas, praticando furtos ou ainda, outras que foram assassinadas. É como se, na verdade, a instituição investisse naquelas que podiam, de fato, dar certo – dentro dos parâmetros vigentes, é claro - e perpetuasse o abandono daquelas já apontadas como as que “não tem jeito”: as violentas, as que não conseguiam se adaptar a escola, as que não aceitavam as regras de modo truculento, as que transgrediam; essas, não elegi para serem ouvidas: paradeiro incerto, vida errante, não sabemos aonde estão – mas uma delas, se fez ouvir, através de Rb..

³³ PIVETES – Programa de Intervenção Voltada às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social iniciado em 1995, é um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Subjetividade e Política (LASP), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. O programa tem como um de seus objetivos problematizar questões referentes à infância e à juventude pobres, seus direitos e as chamadas políticas de proteção e assistência a elas dirigidas.

A frase título foi trazida por Rb., segunda jovem entrevistada, além de todas as outras apresentadas neste tópico, cuja história está relatada na Conclusão deste trabalho.

L. é falada e fala através de Rb. Suas lembranças a respeito de L. causa a mim um grande estranhamento, tira de foco meu objetivo bem delimitado de ouvir as jovens que conseguiram construir linhas desviantes e positivas de vida. Mais uma vez o rigor científico! Uma variante se impõe: o que fazer com ela? Mais uma aposta: tecer também com ela, pois não há histórias de vidas sem variantes!

Relembrando as colegas de abrigo, Rb. recorda L., adolescente que fez parte do “grupo” da época e que foi assassinada meses após seu desligamento. Relembrando seu percurso, Rb. diz: *“Foi o abrigo que empurrou L. pra morrer”*. Essa fala me inquietou por dias; L. era uma adolescente que sempre me suscitou grande afeto. Decidi que mesmo sem poder ouvi-la, nesse momento, falaria dela, afinal, *“até mesmo quando se acredita falar por si, fala-se sempre no lugar de um outro qualquer que não poderá falar.”* (Deleuze e Parnet, 1998, p. 30). É sua história que trago para ilustrar o capítulo sobre adolescência em situação de risco.

L. foi para o abrigo muito fragilizada, muito decepcionada com a família que não aceitava sua orientação sexual. Fez, de cara, muitas amigas; Rb. alega que sempre adorou o jeito dela ser sempre ela mesma, nunca escondendo sua orientação sexual: *“Para mim isso era bem legal nela, assumir sua identidade, mas infelizmente nem todos aceitaram sua opção; eu costumo dizer que o destino da L. foi infeliz ao sair do abrigo. Ela tinha sonhos, tinha objetivos para o futuro, mas infelizmente a coordenação do abrigo acabou com isso, colocando ela de um modo muito ruim para fora. Eu falo, sem medo de errar, que a responsável pela morte dela foi a coordenação.”* Rb. questiona o porquê de não ter sido dado a L., ao completar seus 18 anos, a mesma oportunidade que ela recebeu de permanecer abrigada, até estabelecer um lugar para morar e ter sua autonomia. *“Porque não fez o mesmo com a L., será porque ela era lésbica?”*

Rb. conta que a amiga ficou *“desesperada”* ao completar maioridade, sentia medo e todo o tempo perguntava como iria *“se virar”* fora da instituição. Conseguiu um emprego em uma fábrica; saía às cinco horas da manhã e, depois, ia direto para a escola. *“Ela estava se esforçando, mas ficavam em sua cabeça dizendo que ela era “de maior” e tinha que sair do abrigo! Foi quando ela se revoltou quem não se revoltaria? Ela então, resolveu fugir; infelizmente, a fuga dela foi a sua própria sentença para morte.”*

Rb. fala do dia de seu assassinato com detalhes, que não os transcrevo totalmente: *“Um dia, à noite, no mês de abril, não me esqueço, foi brutalmente assassinada, a pauladas, e outras mais barbaridades, que fizeram. Agora te pergunto se ela tivesse a oportunidade de emprego que eu tive, o tratamento que me ofereciam, ela teria fugido? Com certeza não, e hoje estaria aqui entre nós, realizada e feliz, talvez.”* Lembra que um dos sonhos dela era ser desenhista e se casar com a namorada, uma outra adolescente do abrigo, mas não lhe foi dada a proteção que precisava. Seu direito de proteção terminou quando a lei não mais a resguardava. Não conseguia lidar com toda a agressividade e violência que recebia do mundo e respondia também com muita agressividade.

L. sempre foi monitorada e vigiada de forma mais sistemática do que as outras adolescentes. Por sua homossexualidade, toda a proximidade física com as outras era vista com “cuidado”, temendo gestos abusivos.

Mulher, negra, pobre, adolescente em situação de risco, homossexual, abrigada; assassinada logo após a entrada na vida adulta e a saída do abrigo. Negligenciada pela família, assistida pela medida de proteção do abrigamento, isso não foi suficiente para protegê-la da negligência e violência do grupo social. Com tantas “diferenças” e marcas, L. não conseguiu formas de romper com um destino de exclusão e aniquilação. Escondia grande afetividade e timidez sob suas roupas sempre muito grandes e maiores que o seu tamanho e que também escondia a fragilidade de seu corpo de menina. Mostrava-se como um garoto, porque assim sentia-se mais forte. Lembro de seus abraços, sempre muito fortes e, ao mesmo tempo, carinhosos, e que poucos aceitavam. Violenta e agressiva – como era conhecida no abrigo – foi mortalmente silenciada, porém conseguiu construir amigos e outras vozes para falar por ela e hoje faz parte das histórias de vida das amigas que deixou.

CONCLUSÃO

Arrematando...

Obstruídas as saídas, a vida fica acuada e, aí sim, há grandes chances de se produzirem situações devastadoras: é que a qualidade da vida tem a ver com o grau com que se afirma em sua potência criadora, [...].³⁴

Uma vida potente é aquela que abre possibilidades de criação de formas de viver não cristalizada ou presa aos modelos instituídos. Guatarri e Rolnik (1986) nos falam de dois modos extremos de vivermos a subjetividade: alienando-nos e oprimindo, submetendo-nos a uma subjetividade tal como a recebemos ou nos expressando e criando, nos reapropriando dos componentes dessa subjetividade e produzindo um processo de singularização.

Para esses autores a singularização designa os processos disruptores no campo da produção do desejo, afirmando outros modos de ser, sensibilidades, percepções. É nesses processos que encontramos os desvios de toda espécie.

Na sociedade capitalista em que vivemos toda a produção se dá na tentativa de anular esses processos e criar subjetividades serializadas. Para isso uma ferramenta bastante eficiente são os estabelecimentos denominados por Foucault (2003) como “instituições de seqüestro”: escolas, prisões, hospitais, asilos e aos quais acrescentamos os estabelecimentos de abrigo.

Para o autor, as instituições de seqüestro são aquelas que buscam o controle dos indivíduos através do controle de seus corpos e de seu tempo; um poder disciplinador que, ao controlá-los, produz saber sobre esse indivíduo e assim, exerce poder sobre eles.

Destaco quatro pontos de afetação, de problematização apresentados nas falas das três jovens entrevistadas na pesquisa e que nos servem de pontos de análise a respeito do abrigo onde viveram e que podemos considerar como características comuns a esse tipo de estabelecimento: a omissão das informações dentro do abrigo; o sentimento de medo; a sensação de serem privilegiadas em detrimento das outras e o retorno à instituição, após o desligamento.

³⁴

Rolnik, S., 1992, p. 10.

O arquivo vivo

No abrigo destaco a omissão das informações sobre as adolescentes como o principal fator de exercício de poder, uma vez que o que cada um podia saber, dizia o lugar que ocupava, o modo de relação com o outro e a quem cabia obedecer.

Ocorriam (à época em que lá estivemos) três reuniões semanais no abrigo. A reunião de equipe consistia no encontro entre coordenação, equipe técnica e educadores³⁵. Discutia-se o andamento da “casa” e, prioritariamente, falava-se sobre as adolescentes. A partir do que era trazido sobre seu comportamento semanal, era traçado o modo como a equipe deveria conduzi-la ao longo da semana, a quais proibições ou liberações estava sujeita. Também nessas reuniões os profissionais eram advertidos sobre sua atuação pela coordenação. As adolescentes eram proibidas de participar, mas se divertiam ouvindo atrás das portas ou com um copo na parede do cômodo ao lado, como trazido por Rb. e também lembrado por M. em nosso encontro, com muito humor: “*Quando acabava a reunião, agente já sabia de tudo.*”. Quando algum profissional era repreendido, essa informação valia moeda de troca entre as adolescentes e o educador “vacilão”.

Uma segunda reunião ocorria com a coordenação e a equipe técnica. O perfil e comportamento dos educadores eram discutidos, como também o estudo de caso das adolescentes. Nesta, nem as adolescentes, nem os educadores participavam. Avaliávamos a atuação dos educadores e as medidas a serem tomadas junto a eles.

A terceira reunião, a assembléia das adolescentes era um espaço onde estas eram ouvidas em suas opiniões e reivindicações e onde eram deliberados os “castigos”, proibições e liberações da semana. Ocorria sempre após as anteriores. Na verdade, nem tudo era decidido democraticamente no momento da reunião, como o proposto. Muitas das decisões eram previamente fechadas nas reuniões anteriores e, por muitas vezes, manipulado seu desfecho para que tomasse a direção que a equipe pretendia. Como trazido por M., aquele espaço

³⁵ Os educadores sociais - à época, profissão ainda não regulamentada - eram, em sua maior parte contratados por indicação, para atuarem no acompanhamento diário e monitoramento das adolescentes abrigadas, além da organização do abrigo. Possuíam variado grau de escolaridade e muitos participavam de algum tipo de capacitação para o trabalho após a inserção na equipe. Cobravam o cumprimento das tarefas, dos horários, administravam as medicações e aplicavam as sanções. Dizíamos que faziam o trabalho corpo-a-corpo com as meninas, o que muitas vezes ocorria no sentido literal da palavra, durante as agressões que sofriam, enquanto separavam brigas entre as adolescentes, quando as mantinham seguras para evadirem ou ainda quando eram arrastadas, no sentido quase literal, para o banho e outras atividades.

funcionava apenas como uma forma de buscar um consenso aparente do que era, na verdade, imposto e não articulado coletivamente; Ra. considera que eram enganadas pela equipe.

Todos aguardavam com ansiedade o momento das reuniões: pelas broncas, pelas repreensões, pelos castigos e proibições que ocorriam. O saber construído sobre o outro nesses encontros possibilitava o exercício de um poder que fragmentava as relações e dizia em quem cada um “mandava”.

Todos esses procedimentos eram registrados em livros de ata das reuniões. Havia livros separados para as reuniões dos profissionais e as reuniões das adolescentes, evitando que estas tivessem acesso ao que era registrado nas reuniões da equipe no momento em que assinavam as atas das assembléias. Todos recebiam em ser escolhido pela coordenação para redigir a ata, como se seu comprometimento fosse ainda maior neste caso. Em muitos momentos, considerando o que seria dito, a coordenação alertava: “Não põe isso na ata!”, evitando que algumas informações fossem registradas nos documentos oficiais “da casa”.

M. conta que ao retornar ao abrigo como educadora, logo tratou de ler seu prontuário, sua pasta, e as informações secretas da instituição, o que alega ter sido uma das motivações para aceitar a oferta de trabalho feita pela coordenação, depois de seu desligamento. Como citado anteriormente, M. tem todas as informações que foram feitas a seu respeito copiadas e guardadas consigo, como se agora, ninguém mais pudesse tirá-las. Rb. tomou conhecimento de sua pasta ainda abrigada, às escondidas e relata que na verdade, sabia de tudo que acontecia. Ra. nunca se interessou em saber, o que nos chama a atenção quanto ao modo como construiu sua relação com as normas que lhe foram impostas.

. Todos esses documentos ficavam guardados em um arquivo na sala da coordenação. Era absolutamente proibida a aproximação das adolescentes deste mobiliário que possuía a representação de uma caixa forte muito valiosa; era grande a preocupação da equipe em que algumas delas tivessem acesso às informações contidas nele. Todo o comportamento da adolescente, a cada dia, era registrado pelo educador ao término do plantão em suas pastas individuais e no livro de ocorrências do abrigo. Havia muita resistência, pois o excesso de registro atrasava a saída do educador ao final do plantão, além do comprometimento que isso trazia. Toda essa informação era lida pela coordenação e pela equipe técnica semanalmente e de acordo com o que era registrado, o educador era chamado a prestar esclarecimentos ou dar comprovações sobre o que escrevera. Por vezes, esse era confrontado, pela coordenação, com a adolescente ou ainda, ameaçado por essa ao saber o que escreveu sobre ela. O não registro de algo que vinha a se saber que ocorrera, também fazia com que o educador fosse chamado a atenção.

Tudo precisava ser registrado para um controle eficaz do cotidiano do abrigo e o mais importante: as adolescentes precisavam ter clareza sobre essa dinâmica, ainda que não pudesse saber o que continha nos registros.

Ao serem desligadas da “casa”, a pasta mudava de lugar e passava a fazer parte do “arquivo morto”.

O medo

Outro ponto que destaco como análise é um sentimento presente em todas as falas das jovens ouvidas: o medo. M. até hoje sente medo em seus sonhos de retorno ao abrigo; Ra. sentiu muito medo ao chegar; Rb. sentiu medo nos períodos iniciais do abrigamento; L., nas lembranças de Rb., sentia muito medo de como seria sua vida após ter completado a maioridade.

Curiosamente, falamos de uma “medida de proteção” produtora de medo: medo ao chegar, medo ao ficar, medo ao sair. Sabemos que a produção do medo é parte de um ciclo perverso de produção de obediência e assujeitamento. As ameaças, as torturas, as opressões, as intimidações são acompanhadas pela construção de um medo sempre presente ou iminente. Medo da dor, do sofrimento, medo da exclusão, da aniquilação. Amedrontadas pelos gritos, pelos castigos³⁶, pela “ocorrência” – como era chamado, no abrigo, o registro dos maus comportamentos no livro de registro diário: “Vou botar você na ocorrência!”, ameaçava os educadores - as adolescentes abrigadas são disciplinadas e “educadas” com o objetivo de bem se comportarem, possibilitar o funcionamento tranquilo do estabelecimento e adaptarem-se bem as regras de um bom convívio social.

As privilegiadas.

³⁶ Os castigos mais comuns, como chamavam as adolescentes, eram a proibição de saídas e passeios organizados pela casa; não recebimento de visitas, com exceção dos familiares; não assistir programas de TV junto as outras adolescentes e ainda, executar uma determinada tarefa ao longo da semana.

Um terceiro ponto traz novamente à tona minha análise de implicação. M., Rb e Ra. consideram que eram adolescentes privilegiadas em detrimento das outras abrigadas. M. conseguia fazer valer suas vontades; Rb foi mantida no abrigo mesmo após a imposição legal para seu desligamento; Ra. colaborava com as educadoras e foi a única a ganhar uma festa de 15 anos como desejava. Por que estas foram ouvidas por mim?

Foram várias as vias que utilizei para localizar as jovens que estiveram abrigadas e estariam dispostas a participarem da pesquisa. Refiz contato com funcionários e ex-funcionários da casa e busquei ajuda pela internet. M. e Rb. foram as primeiras que procurei. Tomei conhecimento sobre tristes histórias de algumas após seus desligamentos, senti resistência de outras ao contato. Ra. foi encontrada após certa insistência minha, pois era uma das que gostaria de ouvir. Após escutá-las, dei-me por satisfeita. Curiosamente, todas falam de privilégios. Ra. considera que de cem adolescentes que passaram pelo abrigo, três são “direitinhas”; três? Será que essas são exatamente as três também privilegiadas por mim, mais uma vez? Penso, nesse momento de concluir, que meu desejo era ouvir histórias de sucesso e busquei as “direitinhas”, aquelas nas quais investimos, enquanto instituição, para contar histórias bem sucedidas.

O retorno

Tanto M. quanto Rb. retornaram ao abrigo, mas ocupando um outro lugar, trabalhando como educadoras. Ra. recebeu o mesmo convite - contou-me em nosso encontro - mas não aceitou, pois alegou que não retornaria mais, na circunstancia em que fosse, mesmo tendo visto como positiva sua passagem por lá.

Esta volta ao abrigo possibilitou a M. e Rb. reconfigurarem o lugar que o abrigo colocou. Ao falarem para mim sobre sua atuação enquanto educadoras, e mesmo Ra. ao falar em sua recusa a retornar, foi possível reavaliarem esses dois momentos de institucionalização que viveram, produzido por este terceiro momento, o nosso encontro.

A trama, a linha e o ponto.

Nesta etapa final da pesquisa, fiz um encontro com Altoé (1993) e sua pesquisa sobre os impactos, pós-desligamento, da vivência em uma instituição total³⁷ para um conjunto de jovens que viveram na antiga FUNABEM, levantando o quanto ela foi definitiva da representação de cada um deles na vida social. Ainda que traga diferenças estruturais, temporais e, especialmente, tenha se dado na atmosfera da lei menorista anterior ao ECA, ou seja, em um estabelecimento de internação, surpreende os pontos apresentados quanto aos paralelos que podemos traçar com nossos dados.

A autora destaca alguns fatores que predominavam nas falas dos ex-internos entrevistados, sendo eles: a rigidez da disciplina, a falta de autonomia, a evitação pela instituição da criação de laços; a falta de preparo para o desligamento; a homogeneidade; o desejo dos internos de permanecerem trabalhando na instituição, pelo medo do desligamento. Tendo como um dos objetivos de sua pesquisa analisar como se dá a fase de transição da condição de menor para a maioridade, ela observa que esta passagem para a maioridade e cidadania se faz por uma norma institucional onde o sujeito deve ser desligado e não pelo preparo adquirido para fazer face à sua nova condição. Podemos avaliar que apesar da tentativa de anularmos essa cultura da internação e estruturarmos o abrigo como uma real medida de proteção, poucas coisas mudaram no ponto de vista das pessoas que viveram a experiência da internação e do abrigo; todos os pontos trazidos aparecem também no relato das jovens entrevistadas; M. refere-se a si mesma, durante o tempo em que esteve abrigada, como “*interna*”, sendo esse seu sentimento quando abrigada.

Pergunte às velhas rendeiras: se a linha é flexível, a trama se tece com menos dificuldade e a renda, com um bom caimento, pode ser colocada em todo tipo de tecido; se a linha é dura, engomada, apenas tecidos duros e pesados lhes cai bem.

As linhas flexíveis falam dos microescapes cotidianos (Coimbra e Pedrinha, 2008). A sociedade em que vivemos produz o modo como nos relacionamos com o mundo, com os outros e com nós mesmos e todo o seu movimento de produção gira em torno de tramas duras e engomadas, onde linhas de flexibilidade não se encaixam bem. A produção capitalista leva a nos transformarmos em uma teia de arame, rígido, sem escape.

Ra. nunca questionou as regras do abrigo; nunca quis saber sobre o que não lhe era dito; nunca tentou escapar. Hoje, busca realizar o sonho, construído na instituição, de ser militar; considera-se ambiciosa e deseja possuir bens que faça com que aproveite “*as coisas*”

³⁷ Termo de Irving Goffman, utilizado pela autora. Para uma melhor análise do conceito, ver Lobo, 2004.

da vida". Ansiosa por seu baixo salário atualmente, diz: *"Eu não quero aproveitar a vida só quando tiver velha!"* Curiosamente, não quis voltar ao abrigo ocupando um outro lugar, como educadora; não quis experimentar esse lugar de mando; quer voltar a um lugar aonde seja mais uma vez mandada, em seu desejo de entrar para uma carreira militar.

M. criava recusas apenas para mostrar que podia dizer não. Sua adoção, após duas outras tentativas que não deram certo, trouxe para ela um escape, marcou uma diferença e possibilitou uma mudança em seu olhar sobre o abrigo. Inserir-se nessa nova família – constituída por dois outros irmãos também adotados, além de uma filha biológica de sua mãe adotiva - tornou mais maleável sua história até então tão dura!

Rb. não conseguiu retomar o vínculo afetivo com sua família de origem e tratou logo de construir sua própria família. Algo que pensava não ser possível para ela, é hoje fator de orgulho e esperança de que essa família só cresça. Teve a oportunidade de fazer seu desligamento do abrigo de forma gradual e montou toda uma estrutura para enfrentar sozinha a vida fora do abrigo.

L. não conseguiu escapar, emaranhada em um fio rígido e cortante; virou mais um dado nas duras estatísticas sobre o número de jovens assassinados no país: jovens, negros e pobres.

Vemos que diferentes histórias de vida encontram a opção do abrigamento como uma saída possível em momentos de sofrimento, abandono, dificuldades e orfandade. Da mesma forma diferentes caminhos são construídos dentro do abrigo, ainda que se viva junto, no mesmo lugar, ao mesmo tempo e sob o mesmo regime de normas. M., Ra., Rb. e L. viveram juntas por um período da vida, um período muito marcante para todas. Sabemos as linhas duras que formam e se formam nesse lugar, mas o humano do mesmo modo que se pode moldar, como uma massa de argila, pode escapar por entre os dedos que lhe apertam enquanto ainda não se endureceu com o tempo e o calor. Trajetórias tristes, destinos trágicos, vidas à margem, como se não pudéssemos achar modos positivos de estar no mundo! O sensacionalismo diante daquele pobre menino de rua que virou doutor e tinha tudo para ser bandido é o que faz com que todos os meninos e meninas que estão nas ruas sejam potencialmente bandidos. A nossa não surpresa diante daquela adolescente que um dia foi abrigada e hoje vive da prostituição é o que faz com que todas as meninas abrigadas tenham uma história de vida despotencializada pela sociedade.

Não importa que o espaço institucional seja considerado moderno, modelo, dentro da lei vigente, humanitário, garantidor de direitos, se não garantirmos a potência das linhas de

flexibilidade que fazemos forçosamente faz adentrar por suas paredes e que se tenta enrijecer. M. e Rb. pulavam muros, ouviam por trás das portas, criavam recusas, quebravam regras, reivindicavam o direito de criarem seus próprios caminhos. Ra. sempre colaborou e esse desejo de manter-se adequada permanece. Cada uma a seu modo, todas relatam sentirem-se felizes. L., infelizmente, fez um desvio fatal.

Mais do que potencializar espaços, precisamos produzir subjetividades potentes e positivas, seja de que lado for do muro, afinal em nossa proposta cartográfica o problema ““(…) não é o do falso-ou-verdadeiro, nem do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo.””(Rolnik, 2007). Não existe destino certo para quem quer que seja, existe é certeza de termos de criar novos modos de viver.

Pergunte às velhas rendeiras: o ponto é só de partida; precisando modificar a renda, desmancha-se a trama pelo fim e para um recomeço, o último nó é sempre passível de se desfazer e começar de novo. Não que a linha não fique com as marcas da velha trama, mas a renda pode ainda ficar mais bonita. Como em um traçado cartográfico, a renda se faz e refaz, acompanhando o “desmanchamento de certos mundos e a formação de outros” (Ibidem). Linhas flexíveis, potência criadora de vida e ponto no final. Mas não podemos nos esquecer: o ponto dessa nossa trama é sempre de partida.

CARTORIANDO 4

“Acho que, como eu não tinha outra opção, aprendi a gostar [do abrigo]”

Rb., 24 anos, abrigada pela primeira vez aos 10 anos e transferida para a “Casa das meninas”, aos 15 anos, onde viveu até seu desligamento, aos 19 anos.

Após uma dupla construção coletiva da utilização da gravação das entrevistas (na qualificação e no encontro da disciplina Seminário de mestrado), decidi não gravar este encontro que foi a segunda entrevista realizada e me deixar valer pelas minhas afetações e por deixar que fique o que signifique, assim como Bosi! Da mesma forma, por orientação da qualificação, consideramos não focalizar a fala apenas na questão do abrigo, mas sobre a vida de cada uma, onde a emergência do abrigo seria algo a considerar. Afinal, no percurso de uma vida, emergem múltiplos atravessamentos.

Rb. fecha nosso acordo de encontro: *“Vem aqui comer minha comida”*. Encontra comigo no caminho de sua casa e diz que vamos ao mercado comprar os ingredientes de nosso almoço; nossa conversa se inicia enquanto dirijo o carrinho de compras. Está completando um ano de casada. Em sua casa, expõe as fotos da cerimônia do casamento, um sonho que alimentava desde a adolescência, mas que considerava algo muito longe de sua realidade. Formou sua própria família, uma vez que considera não ter *“tido química”* entre ela e sua família de origem, reencontrada pela equipe do abrigo. Rb. foi abandonada pela mãe aos 8 anos de idade e pelo pai aos 10 anos.

Rb. foi muito gentil e alegre em minha recepção. Falou de sua vida e lembranças do tempo de abrigo com muito humor. Traz o abrigo como um lugar de boas lembranças e onde aprendeu muito dos valores que possui hoje, ela diz. Diz ter gostado do tempo em que lá viveu e que teve inúmeras coisas positivas: *“Depende da maneira como a pessoa ouve o que é dito lá”*

Enquanto cozinhava, convidou-me a assistir ao vídeo de seu casamento. Exala o vigor de um relacionamento apaixonado e planeja, no momento, uma gravidez. Atualmente, trabalha como secretária em um escritório de advocacia.

Lembra do dia de sua chegada ao abrigo, o quanto chorava e temia o que poderia lhe acontecer; *“sentia muito medo”*. Porém, depois de tanto tempo abrigada, considerava como se estivesse em sua casa. Relata os vários episódios em que

transgredia as regras, em especial uma “fuga” em conjunto que participou durante um carnaval, após terem sido colocadas no quarto para dormir às 22h, impedidas de ver TV: “*Puxa, era carnaval!!!!*”. Aponta a rigidez das regras como algo que as impelia a transgredi-las. Relembra as discussões e atritos que tinha com a coordenação do abrigo e que depois de sua saída, não quis mais manter qualquer contato.

Conta com muito pesar o fato de terem que acordar muito cedo, diariamente, na instituição e que ficavam sem o café da manhã, caso levantassem após o horário. Sentia muita vergonha em ser buscada na escola pela Kombi do abrigo, que tinha o nome estampado em letras garrafais; assim, dizia aos amigos que pegava uma carona com um tio seu que era motorista da referida Kombi; hoje, se diverte contando os modos como conseguia driblar seus constrangimentos.

Rb. permaneceu abrigada até completar sua maioridade por não ter conseguido restabelecer vínculo com sua família de origem. Foi mantida no abrigo por mais um ano, onde trabalhou como auxiliar administrativo e educadora, a fim de estruturar um local para morar, antes de seu desligamento. Gostou muito do lugar de educadora e se orgulha em contar que dava “*muita folga pra’s meninas*”, mais uma vez buscando contrariar a rigidez e as regras da instituição, agora de outro lugar.

Sobre sua pasta ou seu prontuário, curiosamente, “confessa” que a leu quando ainda era abrigada, escondida no banheiro: “*Se alguém viu, fingiu que não viu!!*”. Relembra muitas “*historias de bastidores*”: “*Pensavam que a gente não sabia das coisas, mas a gente era quem mais sabia do que acontecia lá dentro.*”.

Rb. fica bastante nostálgica com nossa conversa. Diferente de M. diz ter feito muitos amigos lá e sugere que façamos um encontro com todos, meninas e funcionários para revermos a todos. Suas lembranças sobre o período do abrigamento se misturam com períodos posteriores, anteriores, atuais.

Considera uma passagem de sua vida como tantas outras e alega ter “guardado” o que considerou positivo. Conclui que foi no abrigo que conheceu sua história de família: “***Eu acho que eu precisava passar por isso, pra escrever essa página da minha história!***”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, S. *Infâncias Perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

ALTOÉ, Sônia. *Menores em tempo de maioridade: do internato-prisão à vida social*. Rio de Janeiro : Editora Universitária Santa Úrsula/CESPI/USU, 1993. 122 p. (Série Estudos e Pesquisas, 5). Apoio : FINEP.

BAPTISTA, L.A. *A Cidade dos sábios*, Summus editorial, 1999.

BATISTA, V.M., *Adeus às ilusões “re”*, in: Coimbra, C.M.B., Ayres, L.S.M, e Nascimento, M.L. (Org), PIVETES – Encontros entre a psicologia e o judiciário, Ed. Juruá, 2008.

BATISTA, V.M., *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

_____. *Difíceis ganhos fáceis. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Coleção Pensamento Criminológico, nº 2, 2003b.

BARROS, R. D. B. *Pesquisa-ação/pesquisa-intervenção*, in: Grupo: A afirmação de um simulacro. 3ª edição. Ed. Sulina, 2009.

BOSI, E., *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*, 13ª ed., São Paulo,: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL, Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

COIMBRA, C.M.B., *Cidadania e processos de inclusão e exclusão social: a construção da identidade*. Revista do departamento de Psicologia da UFF. Rio de Janeiro, v. 6, p.01-08, 1994.

COIMBRA, C.M.B e NASCIMENTO, M. L., *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?*, 2004, disponível em http://www.slab.uff.br/bd_txt_lg_autor.php?nome_autor=Cecília%20Coimbra&tp=a.

COIMBRA, C. e PEDRINHA, R. D, *Metáforas do Controle no Século XXI: Penas Alternativas, Justiça Terapêutica...*, disponível em: <http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php>, acessado em 06/05/2008.

COIMBRA, C.M.B; LOBO, L.F. e NASCIMENTO, M. L., *Por uma invenção ética para os Direitos Humanos*, Revista de Psicologia Clínica da PUC/RJ, nº 20.2, 2008.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DELEUZE. G., “Foucault”, Ed. Brasiliense, 1988.

_____, *G. Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DONZELOT, J., *A Polícia das Famílias*, Edições Graal, 1986, Capítulo III .

FERREIRA, A.B.H., *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, 1838p.

FONSECA, T.M. G. e KIRST, P. G., *Cartografias e devires*. Ed. UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M., *A verdade e as formas jurídicas*, 3ª edição, Nau Editora, 2003.

_____, *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2002.

_____, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; Petrópolis, Vozes, 1997, 15ª edição.

_____, *Microfísica do Poder*, Ed. Graal, 1990.

FREITAS, M.C., (Org.), *História Social da Infância no Brasil*,
Cortez Editora, 2006.

GUATARRI, F. e ROLNIK, S. e, *Micropolítica - Cartografias do desejo*, Ed. Vozes, 1986.

HAGUETTE, T.M.F., *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Ed. Vozes, 1992

KASTRUP, V., *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*, Revista Psicologia & Sociedade; 19(1): 15-22, jan/abr. 2007.

LOBO, F.L., *Instituições e poder: Racionalidade macropolítica e genealogia*, Revista Estudos de Psicologia, Edufrn, Natal, v. 9, n.2, p. 309 a 316, 2004.

LOURAU, R., *Implicação e Sobreimplicação*. In: Altoé, S. (Org). René Lourou: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 1990/2004.

LANCETTI, A., *Prevenção, preservação e progresso em saúde mental*, in: Saúde e Loucura, nº 1, São Paulo, Ed. Hucitec, 1989, p.75-89.

Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Ed. do CMDCA/RJ, junho/2003.

NIETZSCHE, F. W., *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, 1873. In: Os Pensadores. Obras incompletas. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.

PAULILO, M.A.S., *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. In: SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 2, N. 2, P.135-148, JUL./DEZ. 1999

PIERRE-ANDRÉ B., (realização), *O Abecedário de Gilles Deleuze*, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris, 1988-1989. No Brasil, foi divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord [com modificações].

PORTELLI, A., *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*, Revista Tempo, RJ, vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

RIZZINI, Irma. *Assistência a infância no Brasil – uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro. Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma & NAIFF, Luciene & BAPTISTA, Rachel (coord.) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *Criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. Rio de Janeiro, UNICEF, USU, 2000.

RODRIGUES, H.B.C., *Alucinando Portelli – Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor.*, Mnemosine, vol. 1, nº. 1, 2005.

RODRIGUES, H.B.C., *Os anos de inverno da análise institucional francesa.*, Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v. 18 – n.2, p.29-46, Jul/Dez. 2006.

RODRIGUES, H.B.C et alli, *Historia das elites, elites da história. Ensaio sobre a emergência (logofóbica?) da História oral contemporânea*, In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral - memória e política, Rio de Janeiro, ANAIS em CD-rom. Rio de Janeiro, 2007.

ROLNIK, S. , *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*, 1992. Texto reelaborado a partir da fala na mesa-redonda “Cidadania e alteridade”/ ABRAPSO, S.P.,1992.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental. Transformar Contemporâneas do Desejo*, Editora Sulina/UFRGS, 2007.

SAWAIA, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão. Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*, Ed. Vozes, 2004.

SILVA, E.R.A. (Coordenação), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, R., “Abrigos – da institucionalização à adoção: um caminho possível?”, disponível em: http://www.cecif.org.br/abrigos_caminhos.htm., acessado em 01/08/2007.

TEDESCO, S.H., *Estilo e subjetividade: considerações a partir do estudo da linguagem*, Tese de doutorado não publicada, 1999.

_____ *A natureza coletiva do elo entre linguagem e subjetividade*.

In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v.19, n.1. p. 85-89, 2003.

_____ *Literatura e clínica: ato de criação e subjetividade*, In: A.Macieli; S.Tedesco; D. Kuperman (Org), *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro, Ed. Contracapa, 2005a, v.2, p. 141-152.

VICENTE, C.M., “Abrigos: desafios perspectivas”, disponível em:

http://www.cecif.org.br/abrigos_desafios.htm., acessado em 01/08/2007, ou

http://www.mp.rn.gov.br/caops/caopij/doutrina/doutrina_assistencia_abrigos.pdf> acessado em 27/07/2009.

WANDERLEY, M.B., *Refletindo sobre a noção de exclusão*, in: SAWAIA, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão. Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*, Ed. Vozes, 2004.